



ENTREVISTA

O governador Marconi Perillo promete “cortar na carne, reduzir drasticamente as despesas, renegociar contratos, acabar com desperdícios e gastar somente com o necessário”

Revista do Sistema Federação das Indústrias do Estado de Goiás

GOIÁS INDUSTRIAL

A large photograph showing a worker in a white protective suit, yellow hard hat, and respirator mask operating a piece of heavy machinery in an industrial setting. The worker is wearing a white suit with a blue logo on the chest. The machinery is complex with various pipes and levers. The background shows an industrial facility with some blue material on the right.

O LIXO NO LUGAR CERTO

Funcionário da Ecoblending Ambiental transporta rejeitos industriais na planta da empresa, em Cezarina (GO). Nova legislação obriga empresas e setor público a adotar planos de gestão de resíduos sólidos para reduzir desperdícios e coibir abusos nesta área

Agende-se Com o Mundo



Centro Internacional de Negócios
de Goiás

Participe das Missões às Feiras Internacionais 2011

O Centro Internacional de Negócios da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (CIN/FIEG) oferece o apoio necessário às empresas que desejam alcançar o mercado internacional, participando de feiras e missões prospectivas.

Confira as missões empresariais:

- **Missão Empresarial à Feira Cosmoprof** – Na cidade de Bolonha, Itália, entre os dias 16 e 22 de março, ocorrerá a Feira Cosmoprof de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos.
- **Missão Empresarial à Feira Industrial de Hannover** – Hannover, na Alemanha, sediará a Feira Industrial de Hannover, focada no setor metalmeccânico, entre os dias 2 e 10 de abril.
- **Missão Empresarial de Moda à BBB e Mode City** – Entre os dias 6 e 11 de julho, o setor têxtil e de moda poderá acompanhar, em Berlim e Paris, as feiras internacionais Bread and Butter Berlin (BBB) e o Salão Mode City, respectivamente. As missões contemplarão segmentos variados, como vestuário contemporâneo, lingerie e beachwear.
- **Missão Empresarial à Feira Saitex** – De 15 a 20 de julho, em Johannesburg, África do Sul, será realizada a Feira Saitex, evento com foco em três setores da indústria: produtos do varejo, máquinas para manufatura e embalagem de produtos, máquinas e equipamentos para construção civil.
- **Missão Sial Mercosul** – Em Buenos Aires (Argentina), a feira Sial Mercosul será realizada entre os dias 30 de agosto e 3 de setembro. É a feira da indústria de alimentos e bebidas de maior reconhecimento em escala mundial.
- **Missão Prospectiva e Rodada de Negócios Expocruz** – Tradicionalmente, se realiza em Santa Cruz de la Sierra (Bolívia), de 16 a 25 de setembro, e contará com Rodada de Negócios.
- **The Big 5 Exhibition** – Programada para ocorrer em Dubai, Emirados Árabes, entre 18 e 26 de novembro, a feira Big 5 é o mais importante evento da indústria da construção no Oriente Médio. Direcionado a construtores, especialistas, arquitetos, engenheiros, compradores e vendedores.



INFORMAÇÕES: www.cinfieg.org.br

Centro Internacional de Negócios de Goiás – CIN/FIEG - Av. Araguaia, nº 1.544, Ed. Albano Franco - Casa da Indústria, Setor Leste Vila Nova, Goiânia-GO / Telefone: (62) 3219-1488 - cin@sistemafieg.org.br



O Mapa Estratégico da Indústria expressa essa preocupação, ao traçar objetivos, indicadores, metas e agenda mínima para os próximos dez anos



Pedro Alves de Oliveira
Presidente da Fieg

Compromisso ambiental

Não basta produzir. Tem de ser sustentável. Em resumo, o equilíbrio entre produção e preservação, em que um não pode inviabilizar o outro, deve ser o princípio básico perseguido pela indústria goiana em seu acelerado crescimento, âncora do desenvolvimento de Goiás como um todo e do destaque da economia do Estado no cenário nacional. Em meio à discussão que levou à aprovação, no ano passado, da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), depois de 21 anos de tramitação no Congresso, o segmento industrial considera a questão ambiental decisiva em seus negócios. O Mapa Estratégico da Indústria, lançado pela Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg) em agosto de 2010 – coincidentemente quando a PNRS foi transformada em lei e sancionada – expressa essa preocupação, ao traçar objetivos, indicadores, metas e agenda mínima para os próximos dez anos. No capítulo Resultado para a Sociedade, o mapa destaca a necessidade de a indústria, até 2020, “ser reconhecida pelo seu comprometimento com o desenvolvimento sustentável do Estado de Goiás”. Esse processo – acrescenta o documento – “deve respeitar os princípios da sustentabilidade ambiental e funcionar como indutor de progresso para a população (...). A indústria goiana deverá ser reconhecida pela sua capacidade de geração de emprego e renda, de valorização dos trabalhadores, do uso de tecnologias limpas, de relações transparentes com a sociedade e minimização dos impactos ambientais decorrentes do processo produtivo.” Tema da matéria de capa desta edição de **Goias Industrial**, a recém-criada Política



Nacional de Resíduos Sólidos integra a visão estratégica da indústria, ao buscar combater desperdícios e coibir abusos, amenizando impactos ambientais. O desafio é hercúleo e exige mesmo comprometimento, como aponta a reportagem. Dados do IBGE mostram que nas duas últimas décadas o volume de resíduos gerados no País praticamente triplicou, passando de 100 mil toneladas diárias, no final dos anos 1980, para quase 260 mil toneladas há três anos. Desse total, é alarmante a estimativa de que 60% foram e continuam sendo depositados em lixões e aterros sem controle. Em Goiás, um terço das cidades sofre alguma forma de alteração ambiental com reflexos negativos para as condições de vida de seus habitantes, em parte como decorrência da contaminação de seus solos e de suas águas por lixo residencial e rejeitos da indústria e do comércio. Apesar de dúvidas sobre a aplicação prática, a

nova lei traz expectativas de reversão desse quadro, que evidencia verdadeira calamidade. Reciclagem e reutilização dos resíduos, resultantes de maior racionalidade na gestão do lixo e de rejeitos do processo produtivo, precisam se tornar palavras de ordem comuns a todos – indústria, governos e população –, uma vez que são processos com grande potencial para geração de emprego e renda. No Sistema Fieg, sempre defendemos que a questão ambiental passa, sobretudo, pela educação básica e fundamental, pela escola. Ou seja, é preciso mudar a cultura das pessoas, o que exige a conscientização, desde cedo, de que preservar o meio ambiente é preservar a vida. Na rede de ensino Sesi e Senai, essa preocupação vai além do discurso politicamente correto, ao abranger em todos os níveis, inclusive na educação profissional, disciplinas que versam sobre o meio ambiente, produção mais limpa e preservação.



CAPA

26 Depois de 21 anos de debates, o País finalmente passa a contar com uma Política Nacional de Resíduos Sólidos, formalizada a partir da sanção da Lei 12.305, regulamentada em dezembro passado. A expectativa, daqui em diante, é de que a nova legislação possa impor limites e coibir abusos, imprimindo maior racionalidade na gestão do lixo e de rejeitos do processo produtivo (foto), que já superam a casa das 260 mil toneladas por dia.

ENTREVISTA

8 O processo de recuperação das finanças estaduais exigirá cortes severos de despesas, uma política de gestão que imponha maior racionalidade nos gastos, com redução de desperdícios, e um esforço adicional para aumentar receitas, afirma o governador Marconi Perillo. “O xis da questão é a gestão. Precisamos fazer uma gestão responsável, moderna, inteligente e focada nos grandes problemas do Estado”, reforça.

SESI GOIÁS

12 Problemas odontológicos reforçam o absenteísmo nas empresas e são a causa para 40% das faltas ao trabalho, segundo a Associação Brasileira de Odontologia (ABO). Para reduzir esse índice e proteger a saúde do trabalhador, o Sesi Goiás mantém parceria na área de odontologia com várias indústrias no Estado para atendimento preventivo e curativo, inclusive no próprio local de trabalho.

SENAI GOIÁS

15 O Edital Senai Sesi de Inovação, que oferece aporte financeiro de até R\$ 300 mil para desenvolvimento de projetos tecnológicos, torna possível que empresas como DoCerrado e Gênix desenvolvam projetos inovadores. A primeira colocou no mercado o sorvete de baru e a segunda produz um mix de soja que ajudou a melhorar a nutrição e a saúde de seus empregados.

IEL GOIÁS

19 O Programa de Capacitação Empresarial e Educação Executiva realizado pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL), no Brasil e no exterior, em parceria com outras instituições, transfere conhecimento e agrega novas competências para executivos e empresas, promovendo sua competitividade.

índice

ICQ BRASIL

22 O uso de sistemas de gestão da qualidade começa a se disseminar também na administração pública e entre empresas estatais. Há dois anos, o ICQ Brasil venceu licitação e foi contratado por Furnas para fazer a certificação das unidades abrigadas sob a Superintendência de Empreendimentos de Geração, que controla o Departamento de Apoio e Controle Técnico em Aparecida de Goiânia (*foto*), além de mais dois outros na área de construção de geração, em Porto Velho (RO) e Pedregulho (SP), e a Assessoria Técnica de Geração Hidráulica, sediada no Rio de Janeiro. No ano passado, o ICQ renovou a certificação da Secretaria de Gestão e Planejamento de Goiás.



DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

24 O desenvolvimento de um componente que possibilitará a cobertura, de forma automatizada, de cargas de caminhões é o primeiro projeto com aporte financeiro do Edital de Projetos para Inovação Empresariais Coletivas, no âmbito do convênio BID/CNI/FIEG para desenvolvimento territorial, cujo foco, em Goiás, é voltado para a cadeia automotiva.

MADE IN GOIÁS

43 Fabricante goiana de ovos de páscoa e panetones instalada em Aparecida de Goiânia, a Di Anju prepara uma série de lançamentos para este ano, investindo ainda em linha totalmente nova de produtos, que incluirá barras de cereais e de chocolate.

MEMÓRIA

44 A ausência de fabricantes de embalagens em Goiás animou o empresário Jorge Abrão a investir, em 1968, na aquisição de três máquinas para a produção de embalagens de papel para café, açúcar, farinha de trigo, arroz, feijão, entre outros alimentos, e na contratação de dez empregados. Estava criada então a Igel – Indústria Goiana de Embalagens.

BALANÇA COMERCIAL

38 Para conseguir multiplicar suas exportações por 12 na última década, Goiás viu-se obrigado a sacrificar os termos de troca nas transações comerciais com o restante do mundo, o que pode tornar o registro de déficits em sua balança comercial numa ocorrência mais frequente daqui em diante.



GOIAS INDUSTRIAL



Direção

José Eduardo de Andrade Neto

Coordenação de jornalismo

Geraldo Neto

Edição

Lauro Veiga Filho

Subeditor

Dehovan Lima

Reportagem

Andelaide Pereira, Daniela Ribeiro, Edilaine Pazini, Jávier Godinho, Célia Oliveira e Nathalya Toalari

Colaboração

Wellington da Silva Vieira

Fotografia:

Sílvio Simões, Alex Malheiros e Sérgio Araújo

Capa e ilustrações

Renato Lacerda e Francisco Santos

Projeto gráfico

Wesley Cesar

Diagramação e produção

Clarim Comunicação e Marketing
Rua S-6 nº 129, Sala 01,
Setor Bela Vista
(62) 3242-9095
www.clarimcomunica.com.br
contato@clarimcomunica.com.br

Publicidade

Valéria Aquino (62) 9242-1377
8113-3148.
valeriaraquino@gmail.com

Fotolito e impressão

Gráfica Kelps

As opiniões contidas em artigos assinados são de responsabilidade de seus autores e não refletem necessariamente a opinião da revista

Sistema FIEG

Federação das Indústrias do Estado de Goiás

Presidente:

Pedro Alves de Oliveira

Av. Araguaia, nº 1.544, Ed. Albano Franco, Casa da Indústria - Vila Nova CEP 74645-070 - Goiânia-GO
Fone (62) 3219-1300
Fax (62) 3229-2975

Home page:

www.sistemafieg.org.br

E-mail

fieg@sistemafieg.org.br

NÚCLEO REGIONAL DA FIEG EM ANÁPOLIS

Av. Engº Roberto Mange, nº 239-A, Bairro Jundiá, CEP 75113-630, Anápolis-GO
Fone/Fax (62) 3324-5768 / 3311-5565

E-mail:

nureaps@sistemafieg.org.br

SESI

Serviço Social da Indústria
Diretor Regional: Pedro Alves de Oliveira
Superintendente: Paulo Vargas

SENAI

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Diretor Regional: Paulo Vargas

IEL

Instituto Euvaldo Lodi
Superintendente: Humberto Rodrigues de Oliveira

ICQ BRASIL

Instituto de Certificação Qualidade Brasil
Superintendente: Tatiana Jucá

Diretoria da FIEG

Presidente

Pedro Alves de Oliveira

1º Vice-Presidente

Wilson de Oliveira

2º Vice-Presidente

Eduardo Cunha Zuppani

3º Vice-Presidente

Antônio de Sousa Almeida

1º Secretário

Marley Antônio da Rocha

2º Secretário

Ivan da Glória Teixeira

1º Tesoureiro

André Luiz Baptista Lins Rocha

2º Tesoureiro

Hélio Naves

Diretores

Segundo Braoios Martinez
Sandro Marques Scodro
Orizomar Araújo Siqueira
Ubiratan da Silva Lopes
Manoel Paulino Barbosa
Robson Peixoto Braga
Roberto Elias de L. Fernandes
José Luis Martin Abuli
Álvaro Otávio Dantas Maia
Eurípedes Felizardo Nunes
Jair Rizzi
Henrique W. Morg de Andrade
Eduardo Gonçalves
Leopoldo Moreira Neto
Flávio Paiva Ferrari
Luiz Gonzaga de Almeida
Luiz Ledra
Daniel Viana
Osvaldo Ribeiro de Abreu
Elvis Roberson Pinto
Eduardo José de Farias
Valdenício Rodrigues de Andrade
Ailton Aires de Mesquita
Hermínio Ometto Neto
Carlos Alberto Vieira Soares
Jerry Alexandre de Oliveira Paula
Josélio Vitor da Paixão
Jaime Canedo

Conselho Fiscal

Justo O. D'Abreu Cordeiro
Laerte Simão
Mário Drummond Diniz

Conselho de Representantes junto à CNI

Paulo Afonso Ferreira
Sandro Antônio Scodro

Conselho de

representantes junto à Fieg

Abílio Pereira Soares Júnior
Ailton Aires Mesquita
Alyson José Nogueira
Álvaro Otávio Dantas Maia
Annanias Justino Jaime
Aurelino Antônio dos Santos
Carlos Alberto Diniz
Carlos Alberto Vieira Soares
Carlos Queiroz de Paula e Silva
Carlos Roberto Viana
Cyro Miranda Gifford Júnior
Daniel Viana
Domingos Sávio G. de Oliveira
Edilson Borges de Sousa
Eduardo Cunha Zuppani
Eduardo Gonçalves
Eduardo José de Farias
Elvis Roberson Pinto
Ermene Martins Almeida
Eurípedes Felizardo Nunes
Fábio Rassi
Flávio Paiva Ferrari
Francisco Gonzaga Pontes
Henrique Wilhem Morg de Andrade
Hermínio Ometto Neto
Hélio Naves
Heribaldo Egídio
Jaime Canedo
Jair Rizzi
Jairo França
João Essado
Joaquim Cordeiro de Lima
José Alves Pereira
José Antônio Vitti
José Batista Júnior
José Divino Arruda
José Luiz Martin Abuli
José Vieira Gomide Júnior
Justo Oliveira D'Abreu Cordeiro
Laerte Simão
Leonardo Jayme de Arimatéa
Leopoldo Moreira Neto
Luiz Gonzaga de Almeida
Luiz Ledra
Luiz Rézio
Manoel Paulino Barbosa
Manoel Silvestre Álvares da Silva
Marley Antônio Rocha
Marcelo José Carneiro
Moacyr Rabello Leite Neto
Orizomar Araújo de Siqueira
Pedro Alves de Oliveira
Pedro Daniel Bittar
Pedro de Souza Cunha Júnior
Ricardo Araújo
Roberto Elias de Lima Fernandes
Robson Peixoto Braga
Rubens Luiz Bernardes
Rodolfo Luis Xavier Vergílio
Sandro Antônio Scodro Mabel
Sávio Cruvinel Câmara
Segundo Braoios Martinez
Ubiratan da Silva Lopes
Valdenício Rodrigues de Andrade
Wellington Soares Carrijo
Wilson de Oliveira

Conselho Temáticos

Desenvolvimento Tecnológico e Inovação Presidente

Melchíades da Cunha Neto
Vice-Presidente
Ivan da Glória Teixeira

Conselho Temático de Meio Ambiente Presidente

Henrique W. Morg de Andrade
Vice-Presidente
Aurelino Antônio dos Santos

Conselho Temático de Infraestrutura Presidente

Célio de Oliveira
Vice-Presidente
Álvaro Otávio Dantas Maia

Conselho Temático de Política Econômica Presidente

Marley Antônio Rocha
Vice-Presidente
Beyle de Abreu Freitas

Conselho Temático de Relações do Trabalho Presidente

Orizomar Araújo de Siqueira
Vice-Presidente
Ricardo Roriz

Conselho Temático de Micro e Pequena Empresa

Conselho Temático de Responsabilidade Social Presidente

Antônio de Sousa Almeida
Vice-Presidente
Melchíades da Cunha Neto

Conselho Temático de Agronegócios Presidente

Igor Montenegro
Vice-Presidente
Annanias Justino Jaime

Conselho Temático de Comércio Exterior e Negócios Internacionais Presidente

Emílio Bittar
Vice-Presidente
José Carlos de Souza

Conselho Temático Fieg Jovem Presidente

André Lavor Pagels Barbosa
Vice-Presidente
Thomaz Antônio Pompeu de Pina

Conselho Temático de Política Fiscal e Tributária

Rede Metrológica Goiás Presidente
Marçal Henrique Soares

Câmara Setorial de Mineração Presidente

José Antônio Vitti
Vice-Presidente
Luiz Antônio Vessani

Sindicatos com sede na Federação das Indústrias do Estado de Goiás

Av. Anhanguera, nº 5.440, Edifício José Aquino Porto, Palácio da Indústria, Centro, Goiânia-GO, CEP 74043-010

SIAEG

Sindicato das Indústrias de Alimentação no Estado de Goiás
Presidente: Sandro Antônio Scodro Mabel
Fone/Fax: (62) 3224-9226
siaeg@terra.com.br

SIEEG

Sindicato das Indústrias Extrativas do Estado de Goiás e do Distrito Federal
Orlando Alves Carneiro Júnior
Fone (62) 3212-6092
Fax 3212-6092
sieeg@sistemafieg.org.br

SIGEGO

Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de Goiás
Presidente: Antônio de Sousa Almeida
Fone (62) 3223-6515
Fax 3223-1062
sigego@sistemafieg.org.br

SIMAGRAN

Sindicato das Indústrias de Rochas Ornamentais do Estado de Goiás
Presidente: Carlos Queiroz de Paula e Silva
Fone/Fax (62) 3224-8688

SINCAFE

Sindicato das Indústrias de Torrefação e Moagem de Café no Estado de Goiás
Presidente: Carlos Roberto Viana
Fone (62) 3212-7473
Fax 3212-5249
sincafe@sistemafieg.org.br

Outros endereços

SIAGO

Sindicato das Indústrias do Arroz no Estado de Goiás
Presidente: Pedro Alves de Oliveira
Rua T-45, nº 60 - Setor Bueno - CEP 74210-160 - Goiânia - GO
Fone/Fax (62) 3251-3691 - siago@cultura.com.br

SIFAÇÚCAR

Sindicato da Indústria de Fabricação de Açúcar no Estado de Goiás
Presidente: Segundo Braoios Martinez
Presidente-Executivo: André Luiz Baptista Lins Rocha
Rua C-236, nº 44 - Jardim América - CEP 74290-130 - Goiânia - GO
Fone (62) 3274-3133 / Fax (62) 3251-1045

SINDAGO

Sindicato dos Areeiros do Estado de Goiás
Presidente: Ernani Martins de Almeida
Fone/Fax (62) 3224-8688

SINDIALF

Sindicato das Indústrias de Alfaiataria e Confecção de Roupas para Homens no Estado de Goiás
Presidente: Daniel Viana
Fone (62) 3223-2050

SINDIBRITA

Sindicato das Indústrias Extrativas de Pedreiras do Estado de GO, TO e DF
Presidente: Moacyr Rabello Leite Neto
Fone/Fax (62) 3213-0778
sindibrita@sistemafieg.org.br

SINDICALCE

Sindicato das Indústrias de Calçados no Estado de Goiás
Presidente: Elvís Roberson Pinto
Fone/Fax: (62) 3225-6402
sindicalce@sistemafieg.org.br

SINDICARNE

Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados no Estado de Goiás e Distrito Federal
Presidente: José Magno Pato
Fone/Fax (62) 3229-1187 e 3212-1521
sindicarne@sistemafieg.org.br

SIFAEG

Sindicato das Indústrias de Fabricação de Etanol no Estado de Goiás
Presidente: Segundo Braoios Martinez
Presidente-Executivo: André Luiz Baptista Lins Rocha
Rua C-236, nº 44 - Jardim América - CEP 74290-130 - Goiânia - GO
Fone (62) 3274-3133 e (62) 3251-1045 - sifaeg@terra.com.br

SIMESGO

Sindicato da Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico do Sudoeste Goiano
Presidente: Eurípedes Felizardo Nunes
Rua Costa Gomes, nº 143 - Jardim Marconal - CEP 75901-550 - Rio Verde - GO
Fone/Fax (64) 3623-0591

SIMELGO

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de Goiás
Presidente: Orizomar Araújo de Siqueira
Fone/Fax (62) 3224-4462
contato@simelgo.org.br

SIMPLAGO

Sindicato das Indústrias de Material Plástico no Estado de Goiás
Presidente: Aurelino Antônio dos Santos
Fone (62) 3224-5405
simplago@sistemafieg.org.br

SINDICURTUME

Sindicato das Indústrias de Curtumes e Correlatos do Estado de Goiás
Presidente: João Essado
Fone/Fax: (62) 3212-3970
sindicurtume@sistemafieg.org.br

SINDIGESSO

Sindicato das Indústrias de Gesso, Decorações, Estuques e Ornatos do Estado de Goiás
Presidente: José Luiz Martin Abuli
Fone: (62) 3224-7443
sindigesso@sistemafieg.org.br

SINROUPAS

Sindicato das Indústrias de Confecções de Roupas em Geral de Goiânia
Presidente: Edilson Borges de Sousa
Rua I. 137, nº 87 - Setor Marista
CEP 74180-160 - Goiânia - GO
Fone/Fax: (62) 3088-0877
sinroupas@yahoo.com.br

SINDUSCON-GO

Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás
Presidente: Justo Oliveira D'Abreu Cordeiro
Rua João de Abreu, 427 - St. Oeste - CEP 74120-110 - Goiânia - GO
Fone (62) 3095-5155/Fax 3095-5176/5177 contato@sinduscongoias.com.br

SINDILEITE

Sindicato das Indústrias de Laticínios no Estado de Goiás
Presidente: Ananias Justino Jaime
Fone (62) 3212-1135
Fax 3212-8885
sinleite@terra.com.br

SINDIPÃO

Sindicato das Indústrias de Panificação e Confeitaria no Estado de Goiás
Presidente: Luiz Gonzaga de Almeida
Fone: (62) 8422-4022
sindipao@sistemafieg.org.br

SINDIREPA

Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios no Estado de Goiás
Presidente: Alton Aires Mesquita
Fone (62) 8545-0135

SINDMÓVEIS

Sindicato das Indústrias de Móveis e Artefatos de Madeira no Estado de Goiás
Presidente: Manoel Paulino Barbosa
Fone/Fax (62) 3224-7296
sindmoveis@sistemafieg.org.br

SINDTRIGO

Sindicato dos Moinhos de Trigo da Região Centro-Oeste
Presidente: André Lavor Pagels Barbosa
Fone (62) 3223-9703
sindtrigo@sistemafieg.org.br

SININCEG

Sindicato das Indústrias de Calciário, Cal e Derivados no Estado de Goiás
Presidente: José Antônio Vitti
Fone/Fax (62) 3223-6667
sininceg@sistemafieg.org.br

SINPROCIMENTO

Sindicato da Indústria de Produtos de Cimento do Estado de Goiás
Presidente: Luiz Ledra
Fone (62) 3224-0456/
Fax 3224-0338
siac@sistemafieg.org.br

SINDQUÍMICA-GO

Sindicato das Indústrias Químicas e Farmacêuticas no Estado de Goiás
Presidente: Eduardo Cunha Zuppani
Fone (62) 3212-3794/
Fax 3225-0074
sindquimica@sistemafieg.org.br

SINVEST

Sindicato das Indústrias do Vestuário no Estado de Goiás
Presidente: José Divino Arruda
Fone/Fax (62) 3225-8933
sinvest@sistemafieg.org.br

Anápolis

Av. Engº Roberto Mange, nº 239-A, Jundiá, Anápolis/GO
CEP 75113-630 Fone/Fax: (62) 3324-5768 e 3311-5565
sind.industria@terra.com.br

SIIAA

Sindicato das Indústrias de Alimentação de Anápolis
Presidente: Wilson de Oliveira

SICMA

Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis
Presidente: Álvaro Otávio Dantas Maia

SINDIFARGO

Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás
Presidente: Marçal Henrique Soares

SIMEA

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Anápolis
Presidente: Robson Peixoto Braga

SINDICER

Sindicato das Indústrias de Cerâmica no Estado de Goiás
Presidente: Henrique Wilhelm Morg Andrade

SIVA

Sindicato das Indústrias do Vestuário de Anápolis
Presidente: Jair Rizzi

Senhor empresário: A FIEG é integrada por 35 sindicatos da indústria, com sede em Goiânia, Anápolis e Rio Verde. Conheça a entidade representativa de seu setor produtivo. Participe. Você só tem a ganhar.

GERENTE DO CAOS

O caminho para retomar o equilíbrio das contas do setor público estadual, declara o governador Marconi Perillo, em entrevista à **Goiás Industrial**, exigirá cortes severos de despesas, um esforço adicional para aumentar a arrecadação e boas doses de gestão. Não há fórmulas prontas, diz Perillo, ao expor os pontos centrais da estratégia desenhada para recuperação das contas públicas: “Cortar na carne, reduzir drasticamente as despesas, renegociar contratos para baixar custos, acabar com os desperdícios, gastar somente com o necessário.” O quadro encontrado pelo novo governo, reforça ele, foi de “caos total”, com um rombo projetado em R\$ 1,3 bilhão para este ano. Mas, prossegue o governador, sua administração não vai “chorar o leite derramado”. A reforma administrativa, já sancionada, terá como objetivo assegurar mais eficiência à máquina estatal, reduzindo desperdícios e gerando economia de recursos. O “xis da questão”, reforça ele, é a gestão eficiente do Estado.

■ Lauro Veiga Filho

Goiás Industrial – Quais são os principais desafios e as principais metas do governo para este primeiro ano de gestão e como alcançá-las?

Marconi Perillo – O nosso primeiro e principal desafio é resolver a questão da normalização do pagamento do funcionalismo público estadual. O servidor público é nosso principal parceiro e não pode se transformar em bode expiatório da irresponsabilidade do governo passado. A administração passada desviou o dinheiro que deveria ser

destinado ao pagamento da folha de dezembro do funcionalismo para pagar empreiteiras. Isso criou um problema grave, gerou desequilíbrio nas contas públicas e abriu um rombo nas finanças. Depois de regularizar essa situação, vamos partir para reorganizar a casa. O quadro geral do Estado hoje é de caos total em virtude da irresponsabilidade do governo passado.

Goiás Industrial – Qual a situação das contas estaduais encontrada pela nova administração ao assumir?



“Vamos agir de forma incisiva para diminuir os gastos públicos e aumentar a arrecadação para que haja recursos para investir em obras e serviços para a população”

Perillo – É de total descontrole. O déficit encontrado é de mais de R\$ 1 bilhão e 300 milhões. As estatais estão quebradas. A receita, totalmente comprometida com a folha do servidor público. As secretarias, desorganizadas e bagunçadas. Enfim, o quadro é de caos total.

Goiás Industrial – Para complementar, qual deverá ser a severidade das medidas de ajuste e seu alcance? Como deverão afetar o dia-a-dia da administração pública e a própria economia do Estado? A reforma administrativa será uma das peças nesse ajuste?

Perillo – Já determinamos ao secretário da Fazenda um rigoroso ajuste fiscal para colocar as contas em dia. Cortar na carne, reduzir drasticamente as despesas, renegociar contratos para baixar custos, acabar com os desperdícios, gastar somente com o necessário. Vamos agir de forma incisiva para diminuir os gastos públicos e aumentar a arrecadação para que haja recursos para investir em obras e serviços para a população. A reforma administrativa servirá para organizar e dar mais eficiência à máquina pública, além de proporcionar economia aos cofres do governo.

Goiás Industrial – As possibilidades de uma expansão mais acelerada do setor industrial estão relacionadas diretamente à capacidade de fornecimento de energia elétrica e à qualidade desse suprimento. Quais são os



“O quadro geral do Estado hoje é de caos total em virtude da irresponsabilidade do governo passado”

caminhos que o governo buscará para solucionar o endividamento da Celg, tornando-a adimplente em sua relação com o setor elétrico, recompor seu fluxo de caixa e recuperar sua capacidade de investimento?

Perillo – A Celg é a nossa principal companhia e vamos fazer de tudo para recuperá-la e torná-la apta a contribuir decisivamente para o desenvolvimento de Goiás. O vice-governador José Eliton, presidente da companhia, está finalizando o plano de recuperação da Celg, que será apresentado em breve à socie-

dade. Uma coisa é certa: não podemos penalizar a população de Goiás e o governo como um todo, para privilegiar apenas uma empresa da estrutura de governo.

Goiás Industrial – Concluída essa missão, como blindar a Celg de ingerências políticas e de decisões de seu controlador que possam vir a penalizar novamente sua saúde financeira?

Perillo – A Celg terá uma administração técnica. A decisão de colocar o vice-governador José Eliton na presidência da companhia sinaliza que a Celg será tratada como uma questão de Estado. Não vou admitir ingerência política na Celg.

Goiás Industrial – O setor industrial, sob comando da Fieg, elaborou e encaminhou aos então candidatos o Mapa Estratégico da Indústria Goiana, Projeto Goiás 2020 – Indústria Rumo ao Futuro, com propostas e metas de crescimento para a década. De que forma esse conjunto de sugestões será considerado no planejamento estratégico do governo estadual para os próximos quatro anos?

Perillo – Da melhor forma possível. A Federação das Indústrias do Estado de Goiás sempre foi parceira de nossos governos e assim continuará. Vamos incorporar as sugestões do mapa em nosso planejamento estratégico no que for do alcance do Estado. Temos todo o interesse em ouvir e trabalhar em conjunto com o setor industrial.



“Vamos incorporar as sugestões do Mapa Estratégico (da Fieg) em nosso planejamento estratégico no que for do alcance do Estado”

Goiás Industrial – Quais deverão ser os principais projetos para o setor industrial nos próximos quatro anos? O que o setor poderá esperar do governo?

Perillo – O setor pode esperar total apoio, respeito e ampla parceria. Vamos trabalhar para desonerar as cadeias produtivas, reduzir a perversa carga de impostos e investir pesado na infraestrutura, criando as condições necessárias para um novo salto de desenvolvimento do Estado. Nossa meta este ano é ousada: queremos atrair cerca de R\$ 10 bilhões de investimentos para Goiás no setor privado.

Goiás Industrial – Quando assumiu pela primeira vez o governo estadual, o governador reformulou a política de incentivos fiscais, criando o Produzir. Mais de uma década depois, há algum plano para atualizar esse programa? Quais deverão ser as diretrizes que vão orientar essas mudanças e o que poderá ser alterado?

Perillo – Já determinei ao secretário Alexandre Baldy que faça um estudo e converse com as lideranças do setor para modernizar esses programas de incentivo fiscal.

Goiás Industrial – Quais são os planos do Estado para os setores de logística e de infraestrutura? Haverá recursos para atender aos investimentos necessários e de onde virão esses recursos? O governo pensa em

estabelecer, por exemplo, parcerias público-privadas?

Perillo – Vamos estabelecer as chamadas PPPs (Parcerias Público-Privadas), buscar investimentos federais e também investir recursos do Estado nos setores de logística e de infraestrutura. Goiás ficou parado nos últimos anos e temos pressa em recuperar o tempo perdido.

Goiás Industrial – Entre 2003 e 2010, segundo dados da execução orçamentária disponíveis no site Transparência Goiás, as despesas totais pagas pelo Estado cresceram 135,6%, com salto de 153% para os juros da dívida estadual, que já respondem por mais de 7% dos gastos gerais. Há projeções de entidades independentes sugerindo que essa conta vai se tornar impagável. O governo estuda alguma forma de repactuação de sua dívida, o que exigirá articulação com os demais governadores e também com a União?

Perillo – É nossa intenção buscar a repactuação de nossa dívida com a União. Mas não vamos ficar chorando o leite derramado. Faremos também o nosso dever de casa, reduzindo despesas, aumentando a arrecadação, sem fazer terrorismo fiscal, cortando o desperdício e economizando nos gastos públicos. Enfim, não vamos ficar parados. Vamos à luta.

Goiás Industrial – Os investimentos no mesmo período somaram R\$ 2,521 bilhões, dos quais 56% foram destinados à Agetop, enquanto educação e saúde receberam, pela ordem, 9,5% e 3,4% do total. Como conciliar a necessidade de investir em recuperação, manutenção e construção de rodovias e em melhorias na in-



“Vamos trabalhar para desonerar as cadeias produtivas, reduzir a perversa carga de impostos e investir pesado na infraestrutura”

fraestrutura com a necessidade crescente de investimentos em educação e saúde?

Perillo – É um problema sério, mas vamos agir com parcimônia e bom senso, de forma a contem-

plar todas as áreas. Os recursos do Estado são poucos e as demandas são enormes. Não existe mágica nem uma fórmula pronta para resolver essa equação. O xis da questão é a gestão. Precisamos fazer uma gestão responsável, moderna, inteligente e focada nos grandes problemas do Estado. Estou otimista de que vamos ter êxito nesses desafios.

Goiás Industrial – A recente anistia proposta para devedores de impostos estaduais, embora possa trazer impacto positivo para o caixa do Estado no curto prazo, não poderá representar dificuldades numa visão de mais longo prazo, ao criar desestímulos aos bons pagadores? Afinal, essa proposta vem na sequência imediata de uma nova anistia, trazendo como agravante o fato de perdoar até mesmo uma parte da correção monetária, que corresponde à mera atualização dos valores devidos e não recolhidos.

Perillo – Foi uma ação de emergência diante da gravidade do desequilíbrio financeiro que encontramos. É uma oportunidade também de recuperação de créditos. A partir de agora, porém, vamos estabelecer uma política duradoura de forma a premiar os bons pagadores e punir os sonegadores. Vamos fazer como nos nossos outros governos: reduzir a carga tributária para ampliar a base de arrecadação e aumentar a receita.



Em tratamento: a odontóloga Ana Paula Barbosa Mujalli atende funcionário da Gravia, fabricante de portas e janelas

Odontologia nas indústrias

Rede de atendimento montada pelo Sesi Goiás presta serviço de alta qualidade a trabalhadores, registrando 113 mil procedimentos apenas em 2010

■ Daniela Ribeiro

Pesquisa da Associação Brasileira de Odontologia (ABO) aponta que quase 40% das faltas ao trabalho têm origem em problemas dentários. Para diminuir esse índice e agregar valor à saúde do trabalhador, o Sesi Goiás mantém parceria na área de odontologia com várias indústrias no Estado para atendimento preventivo e curativo, inclusive no próprio local de trabalho.

Em 2010, até novembro, foram registrados 113.088 procedimentos, número 15% maior que o de 2009. As ações são desenvolvidas em Niquelândia, Barro Alto, Rio Verde, Itumbiara, Anápolis, Mineiros, Quirinópolis e Goianésia. O serviço de odontologia é prestado em rede de atendimento composta por mais de 25 consultórios instalados em unidades do Sesi e empresas.

São realizados procedimentos odontológicos de baixa e alta complexidade. A empre-

sa disponibiliza o local para o consultório e o Sesi providencia os equipamentos, pessoal, material de consumo odontológico e manutenção. O atendimento possibilita que sejam oferecidos serviços de alta qualidade com preços acessíveis. Os valores podem ser parcelados e descontados em folha de pagamento.

O gerente de Saúde do Sesi, Marco Antônio Nunes, destaca o fato de os trabalhadores não terem de sair da indústria para receber tratamento odontológico. “O absenteísmo causado pela saúde bucal é grande. Além disso, os trabalhadores com problemas odontológicos perdem a concentração e podem sofrer acidentes de trabalho”, observa.

Custos mais baixos para o trabalhador

Há oito anos, o Sesi mantém parceria na área odontológica na Gravia, fabricante de portas e

janelas, com 474 colaboradores, em Anápolis. O diretor comercial, José da Silva, diz que, com um consultório dentro da unidade, os custos são diminuídos para o funcionário e para a empresa. Ele acrescenta que, por meio do atendimento odontológico facilitado, o trabalhador cria sua rotina de acompanhamento e conscientiza-se da importância da saúde bucal e física. Com o sentimento de valorização e com a autoestima elevada – avalia Silva –, o colaborador desenvolve trabalho de qualidade.

A elevação da autoestima é confirmada pela auxiliar administrativa da indústria Hellem Suyane, de 19 anos, para quem o investimento da empresa nos colaboradores reflete no trabalho. “Fico lisonjeada por a empresa estar preocupada com a gente. Sentimos-nos muito bem e, com isso, trabalhamos melhor”, diz.

Há sete meses na Gravia, Diniles Rodrigues Vieira recebeu atendimento pela primeira vez e comemora não precisar sair da empresa para realizar o serviço odontológico. “É prático para

a gente. Nos sentimos motivados para responder ao incentivo dado pela empresa.”

A odontóloga Ana Paula Barbosa Mujalli, que atende há sete anos na Gravia, explica que, sem saúde bucal adequada, o colaborador não tem saúde física. “Uma coisa depende da outra”, ressalta a profissional, que se diz realizada ao ver os colaboradores saírem felizes do consultório. “A autoestima é visivelmente melhorada.”

Ana Paula desenvolve campanhas de prevenção dentro da unidade e trabalha para que, a cada dia, novos colaboradores procurem os serviços odontológicos. “Os funcionários mais antigos já possuem a consciência da importância do tratamento, porém os mais novos ainda procuram apenas os serviços de emergência”, avalia.



“Fico lisonjeada por a empresa estar preocupada com a gente. Sentimos-nos muito bem e, com isso, trabalhamos melhor”

Hellem Suyane, auxiliar administrativa da Gravia

Sesi Goiânia amplia atendimento



O atendimento odontológico no Sesi Goiânia (foto), no Centro, foi ampliado. Além de um consultório a mais, a unidade ganhou um centro de radiologia. O gerente do Centro de Atividades (CAT), Roberto Sebastião da Silva Cruz, diz que o serviço irá trazer mais comodidade aos usuários e agilidade nos serviços. “Agora o paciente não precisará mais sair daqui para fazer um raio x”, ressalta.

Mais de 11.580 consultas e 24.380 procedimentos foram realizados no local em 2010. No CAT, são realizados atendimentos nas especialidades de periodontia, prótese, ortodontia, endodontia e clínica geral. As consultas são agendadas por telefone e 16 odontólogos atendem cerca de 90 pessoas por dia em três períodos.

Serviço

Centro de Atividades de Goiânia

Telefone: 3216-0453 e 3216-0452

Local: Avenida Anhanguera, nº 5.440,

Edifício José Aquino Porto, Palácio da Indústria - Centro

Reflexo no clima da organização

A satisfação dos colaboradores é o maior benefício da Votorantim Metais. O gerente administrativo da unidade de Niquelândia, José Chaves de Freitas, reconhece que o bom atendimento realizado influencia no clima organizacional, na retenção de talentos e complementa o pacote de benefícios que a empresa oferece ao industrial contratado. “O colaborador satisfeito sempre trabalha com ânimo, principalmente quando a família também está satisfeita com o atendimento que recebe.” Na indústria, são realizados todos os anos cerca de 3 mil atendimentos odontológicos.

José Chaves destaca que a indústria firmou parceria com o Sesi por se tratar de instituição reconhecida pela comunidade pela qualidade dos serviços prestados e por ser referência em gestão de saúde e de programas de qualidade de vida. “Queremos para os nossos colaboradores o melhor atendimento e o Sesi garante que isso aconteça. Os profissionais são altamente qualificados e a satisfação do colaborador é comprovada.”

Os bons resultados colhidos na Votorantim fizeram com que a parceria com o Sesi fosse ampliada. Um consultório odontológico está sendo construído dentro da Unidade Integrada Sesi Senai Niquelândia. O local contará com equipamentos de última geração e terá capacidade para três atendimentos simultâneos. Os serviços serão prestados por nove odontólogos nos períodos matutino, vespertino e noturno.

Odontologia fixa nas empresas

Empresa/Instituição	Local
Anglo American	Niquelândia
Anglo American	Barro Alto
Votorantim Metais	Niquelândia
Grupo Mabel	Goiânia
Perdigão Agroindustrial	Mineiros
Grupo Orsa Celulose	Rio Verde
Granol	Anápolis
Usina São Jorge	Quirinópolis
Laboratório Teuto	Anápolis
Cicopal	Senador Canedo
Gravia	Anápolis
Coniexpress	Nerópolis
Seconci	Goiânia
Emsa	Goiânia
Café Bandeira	Goiânia
Laboratório Neoquímica	Anápolis

Inicie 2011 **investindo** em conhecimento!
Aprenda a **negociar**
na bolsa de valores



Uma forma fácil e segura de iniciar seus investimentos.

Faça como **milhares de alunos, que já testaram e aprovaram** o método CMA de investir em ações, opções e derivativos.

A CMA Educacional ministra cursos introdutórios, de formação e especialização em mercado financeiro, atendendo as necessidades de cada perfil de investidor.



www.cmaeducacional.com.br
(11) 3053-2700

CMA Educacional

Sorvete com sabor do Cerrado

Letícia Castanheira e sua nova criação: "A parceria com o Senai foi fundamental para a realização de um antigo sonho"

Fruto de parceria entre a empresa DoCerrado e a Escola Senai Vila Canaã, o sorvete de baru chega ao mercado e já coleciona bons resultados

■ Andelaide Lima

“Você não lembra o que é baru? Pois o sorvete você nunca vai esquecer.” Com esse mote, está no ar, em outdoors e busdoors em Goiânia, campanha de marketing criada para divulgar o sorvete de baru, fruta típica do Cerrado. Inédito no mercado, o produto foi desenvolvido com recursos do Edital Senai Sesi de Inovação 2009. “A parceria com o Senai foi fundamental para a realização de um antigo sonho, que não colocamos em prática há mais tempo porque não tínhamos tecnologia e nem recursos para elaborar um produto diferente, cuja aceitação no mercado tem superado nossas expectativas”, diz Letícia Castanheira, sócia-proprietária da empresa DoCerrado.

A empresária conta que um dia após o lançamento do sorvete já havia listas com pedidos de clientes. “Também em parceria com o Senai, fizemos excelente campanha de marketing para gerar ex-

pectativa entre os consumidores, que já aguardavam o novo produto. Ainda não deu para contabilizar as vendas, mas já percebemos que o sorvete de baru é um sucesso”, comemora.

Segurança e competitividade

Para Letícia Castanheira, os bons resultados são reflexos de um trabalho sério e comprometido com a qualidade. “Com o edital também foi possível a realização de análises laboratoriais e sensoriais no Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL), instituição referência na área, em São Paulo. Isso nos deu garantia para lançar um produto seguro e que pode ser consumido por todos – de crianças a idosos. Além disso, o Senai

ajudou a empresa a se posicionar de maneira competitiva no mercado”, avalia.

Para desenvolver o sorvete de baru, a indústria contou com a consultoria dos técnicos da Escola Senai Vila Canaã em todas as etapas do processo, desde a formulação do produto até a fabricação, passando pela supervisão e validação do design da embalagem, criado pela agência Rsb-branding, de Anápolis.

Da amêndoa à polpa

Rica em açúcar, potássio, cobre, fibras, carboidratos e outros componentes de alto valor nutricional, a polpa de baru – fruta típica da região Centro-Oeste – foi a matéria-prima utilizada no projeto de pesquisa aplicada, que resultou na criação do sorvete. Atualmente, só a amêndoa, que representa apenas 4% do fruto, é utilizada comercialmente. O projeto possibilitou a redução de impactos ambientais da cadeia produtiva do baru, ao eliminar desperdícios, com aproveitamento integral de sua polpa, além de promover o desenvolvimento econômico e sustentável de comunidades rurais que exploram o produto, mas tinham interesse apenas

em sua amêndoa, pois a polpa é considerada a parte pobre do fruto.

“O grande gargalo da cadeia produtiva do baru está justamente na falta de tecnologia para a extração da amêndoa, já que a polpa, por ser muito seca, é de difícil remoção. Durante o estudo, a hidratação facilitou o despulpamento”, explica o engenheiro de alimentos Bruno Martins, sócio-proprietário da fábrica. Especializada na fabricação de sorvetes e picolés com frutas nativas do Cerrado, a empresa Do Cerrado está há cinco anos no mercado e possui cerca de 60 pontos de vendas espalhados por Goiânia, interior do Estado, Brasília, Campo Grande e Florianópolis.



Bruno Martins, da Do Cerrado: pesquisa aplicada possibilitou redução de impactos ambientais

Indústria investe em qualidade de vida

Outro bom exemplo de inovação tecnológica apoiado pelo Senai Goiás vem da indústria farmacêutica Gênix, de Anápolis. Durante um ano, a empresa participou de pesquisa com adição diária de 25 gramas de proteína de soja nas refeições servidas a seus funcionários. Com recursos do Edital Senai Sesi de Inovação 2009, o projeto também foi realizado em parceria com a Escola Senai Vila Canaã, que desenvolveu e coordenou a pesquisa, e o Sesi, por meio do Programa Cozinha Brasil – responsável pela elaboração do cardápio e acompanhamento nutricional.

Além disso, a área de saúde do Sesi Goiás foi encarregada de fazer diagnóstico laboratorial nos trabalhadores da empresa para identificação de grupo de risco, com seleção daqueles que apresentaram altas taxas de colesterol, triglicérides e glicemia. Ao todo, 56 funcionários participaram do projeto, consumindo receitas doces e salgadas



Ivan da Glória, diretor da Gênix: “A reeducação alimentar contribui com a qualidade de vida e a produtividade dos funcionários”

com adição de soja. Os resultados do trabalho foram apresentados no dia 17 de dezembro, durante festa de confraternização da Gênix.

A redução significativa nas taxas de colesterol rendeu a cinco trabalhadores premiação em dinheiro entre R\$ 500 a R\$ 1.500, pagos com recursos do edital de inovação. Todos participantes receberam um livro de receitas com várias sugestões de pratos à base de soja. “O objetivo é fazer com que eles deem continuidade ao projeto, consumindo a soja em casa também. No início, houve alguma resistência, mas logo os funcionários tiveram boa aceitação ao cardápio que criamos, com receitas adequadas e atrativas. A alimentação funcional teve reflexos imediatos na qualidade de vida dos trabalhadores”, explica a nutricionista da Gênix, Lêda de Cássia Cunha Teixeira, que integra a equipe técnica do projeto.



“Foi a primeira vez que consumi soja, recomendo o alimento a parentes e amigos. Além de reduzir o colesterol, perdi três quilos”

Aleksander Ramos da Silva, funcionário da Gênix e segundo no ranking

Cardápio com soja e menos colesterol

Aos 47 anos de idade, José Luiz Serra nunca tinha experimentado nada que tivesse soja. Diabético, ele resolveu participar da pesquisa para melhorar sua saúde e alcançou a primeira colocação entre os participantes, com redução de 25,6% no nível de colesterol. “No começo não foi fácil adaptar o paladar às refeições com soja, mas me dediquei e levei o projeto a sério. Consumia o grão até em casa, senti que isso fez muita diferença no meu organismo.” E também no bolso, pois o esforço de José Luiz foi recompensado – além de mais saúde, ele ganhou R\$ 1.500 em dinheiro.

Segundo no ranking, com redução de 23,4% no colesterol, Aleksander Ramos da Silva, de 30 anos, levou para casa R\$ 1.300. “Foi a primeira vez que consumi soja, achei que não conseguiria me acostumar. Hoje, recomendo o alimento a parentes e amigos. Além de reduzir o colesterol, perdi três quilos”, conta.

Terceiro colocado, Erlei Honorato das Chagas, de 30 anos, diminuiu em 22,3% o nível de colesterol no sangue e



Com redução de 25,6% no colesterol, José Luiz Serra foi primeiro colocado entre os participantes da pesquisa

recebeu R\$ 1.000. “Mas meu maior prêmio foi ter minha saúde de volta. Sentia muitas dores nos braços e pernas, que acabavam me deixando indisposto e cansado. Com o uso contínuo da soja, o mal-estar sumiu, me sinto ótimo. Estou tão adaptado aos novos hábitos alimentares que compro o grão torrado para comer como petisco durante o expediente”, diz.

Desafio – Apesar de não ter ficado entre os cinco primeiros, Edinair Machado, de 28 anos, conta que ganhou muito mais do que dinheiro com o projeto. “Aprendi a me alimentar melhor, a me preocupar mais com saúde e bem-estar, além de conhecer as inúmeras possibilidades de uso da soja nas refeições.”

Para a coordenadora do programa Cozinha Brasil, Eliane Carneiro, o maior desafio foi levar o projeto adiante. “Como foi nosso primeiro trabalho em parceria com uma grande empresa, ficamos com receio de que a introdução da soja no cardápio não fosse bem aceita pelos funcionários por ser um

produto novo, diferenciado e à base de soja – alimento ainda pouco difundido. Conseguimos fazer um bom trabalho de sensibilização não só com os trabalhadores, mas também com seus familiares sobre os benefícios do uso da soja e, no final, deu tudo certo. O resultado foi gratificante para todos os envolvidos”, ressalta.

Diretor da Gênix, Ivan da Glória, compartilha da opinião de Eliane. Para ele, o desafio foi conseguir mudar os hábitos alimentares dos funcionários. “Nosso objetivo foi mostrar a eles que a reeducação alimentar contribui com a qualidade de vida e a produtividade de cada um”, diz.



Eliane Carneiro, do Cozinha Brasil: parceria em projeto de inovação

Incentivo ao avanço tecnológico

Além do Edital Senai Sesi de Inovação, que oferece aporte financeiro de até R\$ 300 mil para desenvolvimento de projetos tecnológicos, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) coordena diversas ações de apoio e incentivo à pesquisa científica, com foco no estímulo à inovação como forma de ampliar a competitividade das indústrias brasileiras. Um dessas iniciativas é o Prêmio Senai de Inovação e Serviços Técnicos e Tecnológicos, criado nacionalmente este ano com o objetivo de aumentar a participação das unidades operacionais da instituição na oferta de serviços de consultoria, de metrologia e de incentivo à inovação nas indústrias.

Em sua primeira edição, o prêmio foi vencido pelo Senai Goiás pelo conjunto de projetos elaborados dentro do Edital Senai Sesi, desde 2004, em parceria com diversas indústrias. A primeira colocação, à frente de Paraná e Minas Gerais, rendeu ao Regional goiano prêmio em dinheiro de R\$ 100 mil, além de R\$ 10 mil à autora dos projetos, a engenheira de alimentos da Escola Senai Vila Canaã, Christiane Starling, vencedora na categoria Gestor Inovador.

A relação dos vencedores foi divulgada pelo Senai Nacional no dia 28 de outubro, em Brasília. “A conquista é um reconhecimento ao trabalho que desenvolvemos em parceria com as indústrias, visando contribuir com o crescimento e a ampliação dos mercados em que atuam”, disse a engenheira.



Martins, diretor geral do Senai, e Christiane: prêmio Gestor Inovador

Entre os projetos que garantiram a premiação ao Senai Goiás, uma experiência bem-sucedida de pesquisa aplicada foi a paçoca de soja, desenvolvida na edição de 2007 do edital de inovação. Composta por uma mistura de 50% de soja e 50% de amendoim, o produto foi desenvolvido em parceria entre a SóSoja do Brasil, de Caldas Novas, e a Escola Senai Vila Canaã, de Goiânia.

Inédita no mercado e comercializada desde 2007, a paçoca de soja é resultado de um dos

oito projetos elaborados por Christiane Starling. De 2004 a 2009, ela inscreveu oito projetos no Edital Senai Sesi de Inovação, dos quais seis foram aprovados. Entre eles estão também o sorvete de baru, o mix de soja, a farinha de bandinha de feijão extrusado e a criação de embalagens de água mineral para consumo infantil. Este último deverá ser lançado no primeiro trimestre de 2011, em parceria com a empresa Água Pura.

Capacitação que dá resultados

“Quem trabalha com gestão laboratorial, não importa a área, não poderia ignorar um curso como esse”

Carlos de Oliveira Campos, da Carlos Campos Consultoria e Construções Ltda.

Empresários e profissionais técnicos adquirem conhecimentos e competências específicas para melhorar negócios por meio de cursos do IEL

■ Célia Oliveira

Alta tecnologia para a construção civil é o negócio da empresa goiana Carlos Campos Consultoria e Construções Ltda. Criada no início da década de 1970, atua na prestação de serviços de controle tecnológico de solos, asfalto, concreto, aço etc. Os cuidados que essa consultoria necessita ter, considerando suas características, explicam a participação de Carlos de Oliveira Campos e oito membros de sua empresa no curso de Gestão Laboratorial, ministrado pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL Goiás), em parceria com Sebrae e Senai.

O zelo para não perder espaço, manter-se atualizado e evoluir está na mente de Campos, que buscou na capacitação a oportunidade de somar novas teorias e experiências consagradas para, num futuro próximo, obter a certificação de qualidade

ISO/IEC 17.025 – a norma que estabelece requisitos gerenciais e técnicos para a competência de laboratórios em fornecer resultados de ensaio e/ou calibração tecnicamente válidos. “Buscamos o aprimoramento exigido na postura do gestor de laboratórios e dos técnicos envolvidos”, salienta o empresário, ao lembrar que tem 40 anos de experiência com laboratório e continua a buscar aprendizado. “As novidades vêm todos os dias e isto é que faz uma empresa.”

Os conceitos e o conteúdo repassados pelo curso, o primeiro da modalidade a ser aplicado em Goiás, ajudarão Campos e sua equipe a focar mais no negócio. “A metodologia, o material didático e instrutores são bons. A gente ganha muito com isso”, reforça o empreendedor.

Negócio incrementado

Da mesma forma que Campos, de abril a novembro do ano passado, outras 31 pessoas de 11 organizações adquiriram novas competências no curso de Gestão Laboratorial, capacitação empresarial que, para o Conâgua Ambiental - laboratório de prestação de serviços analíticos, sediado em Goiânia desde 1996 - muito colaborou para o cumprimento do principal objetivo dos laboratórios de análises: gerar resultados confiáveis para atender com excelência aos clientes.

Segundo Diogo Crispim, os dife-

renciais do curso para o laboratório que gerencia foi o conhecimento de novas ferramentas de gestão para tratar as particularidades da unidade que busca constantemente pela qualidade dos ensaios e serviços. “Sinto mais robustez para concorrer no mercado”, acrescenta Crispim.

A aplicação prática dos conhecimentos adquiridos não para no tempo e novos se multiplicam. Ao encerrar o curso, Crispim marcou presença no 3º Seminário da Rede Metrológica Goiás, em dezembro passado, na sede da Federação das Indústrias do Estado (Fieg). Para ele, este momento foi de fechamento de quase um ano de maior capacitação no assunto, quando passou pelo curso do IEL e aprendeu novas maneiras de considerar os negócios e a ter visão global. “Uma empresa não pode ficar parada. A melhoria contínua deve ser foco para evitar ser engolida pelo mercado e ficar para trás.”



Diogo Crispim, Conágua: Curso mais seminário para ganhar mais robustez

François Fernandez, diretor da Preciso Metrologia, de Aparecida de Goiânia (GO), participou da capacitação e do seminário. Ele conta que um programa de educação voltado para empresários, com temas exclusivos, é imprescindível para os laboratórios, “pois obtemos mais conhecimentos que agre-



François Fernandez, da Preciso: Capacitação executiva é imprescindível

gam diferença no quesito confiabilidade”. O executivo comenta que, apesar do pouco conhecimento da sociedade sobre a relevância dos serviços prestados por laboratórios de ensaio e calibração, os resultados dessa atividade estão presentes no cotidiano das pessoas e sua importância aumenta.

O requisito indispensável

Aprender ou aprimorar saberes e criar bases de relacionamentos é a tônica do mundo atual. Nesse barco há lugar e oportunidades para quem busca mais bagagem. E esse é o foco dos cursos do Programa de Capacitação Empresarial e Educação Executiva realizados pelo próprio Instituto Euvaldo Lodi (IEL), no Brasil e no exterior, em parceria com outras instituições. A oferta de capacitação dirigida por parte do instituto, ligado à Confederação Nacional da Indústria (CNI), insere-

-se na estratégia permanente da instituição, que em estudos já publicados sustenta que “o Brasil que a indústria quer é uma economia competitiva, inserida na sociedade do conhecimento e base de uma das principais plataformas da indústria mundial” (CNI, 2010 - “O Brasil que a indústria quer” - www.cni.org.br).

Por essa via, encontram-se os laboratórios de ensaio e calibração e a contribuição que podem dar na direção de uma economia mais competitiva. Forne-

cedores de serviços de suporte à indústria e à área metrológica, os laboratórios têm na qualidade o requisito indispensável para suas atividades, acrescentando aí uma gestão fortalecida.

Subsidiária da Eletrobrás, e por meio do seu laboratório de metrologia em Aparecida de Goiânia, Furnas Centrais Elétricas participa como incentivadora dessa cultura em Goiás, ao integrar os comitês da Rede Metrológica, sediada no IEL goiano. O assunto gestão laboratorial é passo dado rumo

a certificações de maior peso, na avaliação de Pedro de Carvalho Barros, técnico de laboratório de metrologia de Furnas. Há 23 anos atuando nessa área, ele sentia carência de um treinamento no Estado, como o de Gestão Laboratorial, ofertado pelo IEL. “Quem participou está com uma capacitação altíssima”, evidencia Barros.

Opinião semelhante também sustenta o empresário Carlos Campos. “Quem atua na gestão laboratorial, não importa a área, não poderia nunca ignorar um curso como esse.”



Pedro de Carvalho Barros, Furnas: carência de um curso na área de gestão laboratorial

Na hora certa

Farmacêutica-bioquímica e supervisora do laboratório de análise de água da Saneamento de Goiás (Saneago), Djanir do Espírito Santo diz ter encontrado no curso o que veio buscar para a instituição pública, a melhoria para acreditar o sistema do laboratório em conformidade com a ISO/IEC 17.025 e mais profissionalismo para os técnicos.

Ela relata que a preocupação da Saneago com a qualidade é muito grande. “Estamos com vários técnicos se qualificando, especializando mais. O curso veio no momento oportuno”.

Cursos IEL Núcleo Central (DF)

- Parceiros internacionais para Educação Executiva:
 - Wharton School/EUA
 - Insead/Europa

Cursos IEL Goiás

- Parceiros locais para Capacitação Empresarial:
 - Sebrae
 - Senai
 - Outras instituições

Programação de outros cursos oferecidos pelo IEL Goiás: www.ielgo.com.br

O que são os cursos de Capacitação Empresarial do IEL

São criados para aumentar a competitividade das empresas. Os cursos têm foco na demanda específica de uma região ou segmentos de uma cadeia produtiva. São realizados pelo próprio IEL em parcerias com Senai e Sebrae, escolas e entidades e associações. São de curta, média e longa duração, pós-graduações focadas no desenvolvimento empresarial.

Gestão Laboratorial

Capacita os participantes quanto à aplicação de requisitos de gestão e técnicos adequados ao contexto de laboratórios de ensaio e calibração. A dinâmica da Acreditação no Brasil exige do profissional de laboratório o aprofundamento do conhecimento de técnicas e conceitos ligados à gestão da inovação, metrologia e qualidade.



Precisão: certificado trouxe maior organização e reforçou confiabilidade nos resultados dos laboratórios de Furnas

Qualidade no setor público

Instituições e empresas públicas dobraram-se às exigências do mercado e passam a adotar sistemas de gestão com foco no aumento da eficiência

O uso de sistemas de gestão começa a se disseminar também na administração pública e entre empresas estatais, num momento em que a retórica oficial dos novos donos do poder e de dirigentes do setor passa a incorporar, de maneira mais nítida, conceitos como organização e eficiência, meritocracia e metas estratégicas. Especialmente em setores onde as exigências de capital são enormes e os riscos não podem ser negligenciados.

As mudanças no marco regulatório do setor elétrico, por exemplo, com a entrada do setor privado a partir da década de 1990, tornaram ainda mais dramática essa questão. A energia passou a ser contratada antecipadamente em leilões públicos, com prazos para

entrega e preços fixados previamente em contrato. “Isso exigiu das empresas maior competência de planejamento e melhor gestão de todo o processo”, avalia Rubens Machado Bittencourt, chefe do Departamento de Apoio e Controle Técnico de Furnas Centrais Elétricas S.A., instalado em Aparecida de Goiânia, às margens da BR-153.

A estatal mantém ali suas divisões de controle e administração, controle técnico e segurança de barragens e de obras em geral, além de dois laboratórios de concreto e de solos. Esses, por sua vez, fazem parte de uma rede de mais de seis dezenas de laboratórios espalhados pelo País e atualmente em processo de unificação dentro da estrutura de Furnas. A empresa do grupo Eletrobrás sustenta

um sistema com 12 usinas hidrelétricas, 2 termelétricas, 19 mil quilômetros de linhas de transmissão e 49 subestações, com potência nominal para gerar 10.050 megawatts, dos quais 2.079 MW em parceria com empresas privadas.

Maior confiabilidade nos resultados

Rubens Machado Bittencourt lembra que seu departamento iniciou ainda em 1990 o processo de implantação do sistema de gestão, alcançando em 1993 as primeiras creditações junto ao Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), com base na NBR ISO/IEC 17025, aplicada a laboratórios de ensaio. Três anos mais tarde, foi certificado já no âmbito da ISO 9002, que antecedeu a 9001.

Em licitação realizada em 2009, Furnas contratou o ICQ Brasil, integrante do Sistema Fieg, para fazer a certificação das unidades abrigadas sob a Superintendência de Empreendimentos de Geração, que controla, além do departamento em Aparecida de Goiânia, mais dois outros na área de construção de geração, em Porto Velho (RO) e Pedregulho (SP), e a Assessoria Técnica de Geração Hidráulica, sediada no Rio de Janeiro. O certificado foi concedido em novembro daquele mesmo ano, segundo a norma NBR ISO 9001:2008, que trata de sistemas de gestão da qualidade. “Trata-se de um facilitador para o empresário goiano o fato de ter um órgão certificador dentro da Fieg”, ressalta Bittencourt.

O processo de certificação, afirma



Bittencourt: reduzindo riscos de investimentos que podem chegar aos bilhões de dólares

ele, permitiu que a unidade goiana da estatal adotasse padrões de procedimento que tornaram possível “nivelar a qualidade de todos os setores e etapas do processo”, assegurando especialmente maior confiabilidade nos resultados de seu trabalho. “O departamento trabalha em todas as fases do empreendimento, desde os estudos prévios antes do leilão de concessão e até depois da obra concluída, num processo contínuo de manutenção e controle. Até processos ad-

ministrativos internos seguem o mesmo nível de rigor”, complementa ele.

Além da confiabilidade, acrescenta Bittencourt, o departamento agora “planeja melhor, compra melhor, cumprindo o previsto em seu orçamento, com redução de custos administrativos e de estoques.” A unidade desempenha função estratégica na operação da estatal, buscando minimizar riscos num setor que exige investimentos que podem atingir facilmente bilhões de dólares.

Prestação de serviços

No final do ano passado, o ICQ Brasil concedeu recertificação à Secretaria de Gestão e Planejamento de Goiás, segundo parâmetros fixados pela NBR ISO 9001:2008. O documento foi entregue ao então secretário Oton Nascimento Júnior pelo presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira, e pelo superintendente do ICQ Brasil, Paulo Galeno.

Segundo Pedro Alves, a implantação de um sistema de gestão voltado para

a qualidade tem sido importante para aperfeiçoar a eficiência dos trabalhos prestados ao cidadão. Na visão da secretaria, esse sistema tem influenciado no processo de atração de investimentos para o Estado, com reflexos no aumento dos desembolsos de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), que quase dobraram nos últimos dois anos, aproximando-se de R\$ 1,6 bilhão.



A invenção: sistema evita dispersão de areia e reforça segurança do trabalhador

Redes empresariais

■ *Divina Eterna Rosa*

O desenvolvimento de um componente que possibilitará a cobertura, de forma automatizada, de cargas de caminhões é o primeiro projeto com aporte financeiro por meio do Edital de Projetos para Inovações Empresariais Coletivas, no âmbito do convênio BID/CNI/FIEG para desenvolvimento territorial, cujo foco, em Goiás, é voltado para a cadeia automotiva (veja box).

A inovação, idealizada pelo consultor Ildefonso Camargo Júnior, foi apresentada pelas empresas Cobre Fácil Tecnologia em Cobertura, Rodisco Indústria Metalúrgica e Gabitec Indústria e Comércio de Artefatos de Metais. O grupo receberá recursos de R\$ 138 mil, a fundo perdido, para desenvolvimento do equipamento, com contrapartida por parte das empresas de 40% do valor.

Empresários da cadeia automotiva em Goiás se organizam em grupos e elaboram projetos para captar recursos e investir no crescimento do setor

“Existe um crescimento na fabricação de carrocerias, reboques e semi-reboques e o nosso produto irá agregar valor a esses veículos”, prevê José Roberto Silva, um dos diretores da Cobre Fácil, citando como exemplo o modelo HR da Hyundai, produzido no parque industrial de Anápolis.

Silva aponta ainda a questão ambiental e a segurança do trabalhador como ganhos com a utilização do acessório. “Não haverá durante o transporte a dispersão de grãos, areia, ou qualquer outro produto que venha poluir o meio ambiente e até mesmo causar acidentes nas estradas. O funcionário fará toda a operação de dentro da cabine, não precisando subir na carreta e correr riscos de cortes, quedas e outros que são comuns neste tipo de ação”, explica. Com apoio técnico do Senai, as empresas já desenvolveram um protótipo do equipamento, que está em teste. O recurso do edital será aplicado principalmente na usinagem das matrizes de peças e testes em materiais e componentes a serem aplicados no produto.

Em busca de competitividade

O Programa BID/CNI para o Desenvolvimento Territorial está apoiando projetos de fortalecimento de atividades econômicas nos Estados de Pernambuco (setor metal-mecânico, material elétrico e cadeias produtivas ligadas ao Porto de Suape), do Espírito Santo (setor de pedras ornamentais) e Acre (setor de madeira e móveis). Em Goiás, o projeto tem como foco o setor automotivo, com atuação em Anápolis e Catalão, onde se encontram indústrias-âncoras como Caoa-Hyundai, John Deere e Mitsubishi. Os investimentos totalizam US\$ 6,5 milhões, a serem captados por meio de participação em editais de projetos lançados pelo programa.

O projeto busca o incremento da competitividade das empresas direta ou indiretamente ligadas ao setor, estimulando o crescimento da economia regional. Os recursos serão aplicados em estudos e pesquisas visando à inovação tecnológica, buscando soluções de logística e capacitação de mão de obra, de acordo com as necessidades apresentadas em cada município.



José Roberto Silva, da Cobre Fácil: produto vai agregar valor a caminhões e reboques

Estratégia para mobilizar empresas

Outros grupos de empresas já apresentaram seus projetos de inovação tecnológica e aguardam parecer final do comitê de avaliação local e nacional. Enquanto isso, o trabalho de divulgação, adesão de empresas e formação dos grupos continua, com o suporte de consultorias nacional e local. Os grupos recebem apoio de consultores locais, capacitados pelo programa, que auxiliam na identificação de gargalos e interesses comuns entre as empresas, com vistas à elaboração de projetos e à captação de recursos.

O coordenador de Projetos Especiais do Senai, Waldir Telles, destaca que um dos grandes objetivos do projeto é a mobilização das empresas que formam a cadeia produtiva automotiva. “Esse é o primeiro passo para formarmos uma rede empresarial que irá fortalecer os elos entre a cadeia do setor automotivo e o desenvolvimento territorial.”

Em 2010, com apoio e participação das prefeituras locais, associações comerciais e sindicatos, foram realizadas visitas e reuniões com mais de 85 empresas de Catalão, Anápolis, Goiânia, Aparecida de Goiânia e Senador Canedo. Hoje, 25 empresas já estão organizadas em sete grupos e trabalhando conjuntamente. A expectativa da coordenação executiva do programa BID/CNI é de que 60 empresas possam aderir e participar do edital, que está aberto até setembro de 2011. Os interessados podem acessar o site www.sistemafieg.org.br.

Também dentro do Programa BID/CNI para Desenvolvimento Territorial, será lançado ainda neste semestre o Edital para Projetos de Soluções Institucionais Inovadoras Coletivas, voltado para a participação de instituições de ensino e pesquisa, entre outras. Os recursos são de US\$ 950 mil para os quatro territórios focos – os Estados de Goiás, Pernambuco, do Espírito Santo e Acre.

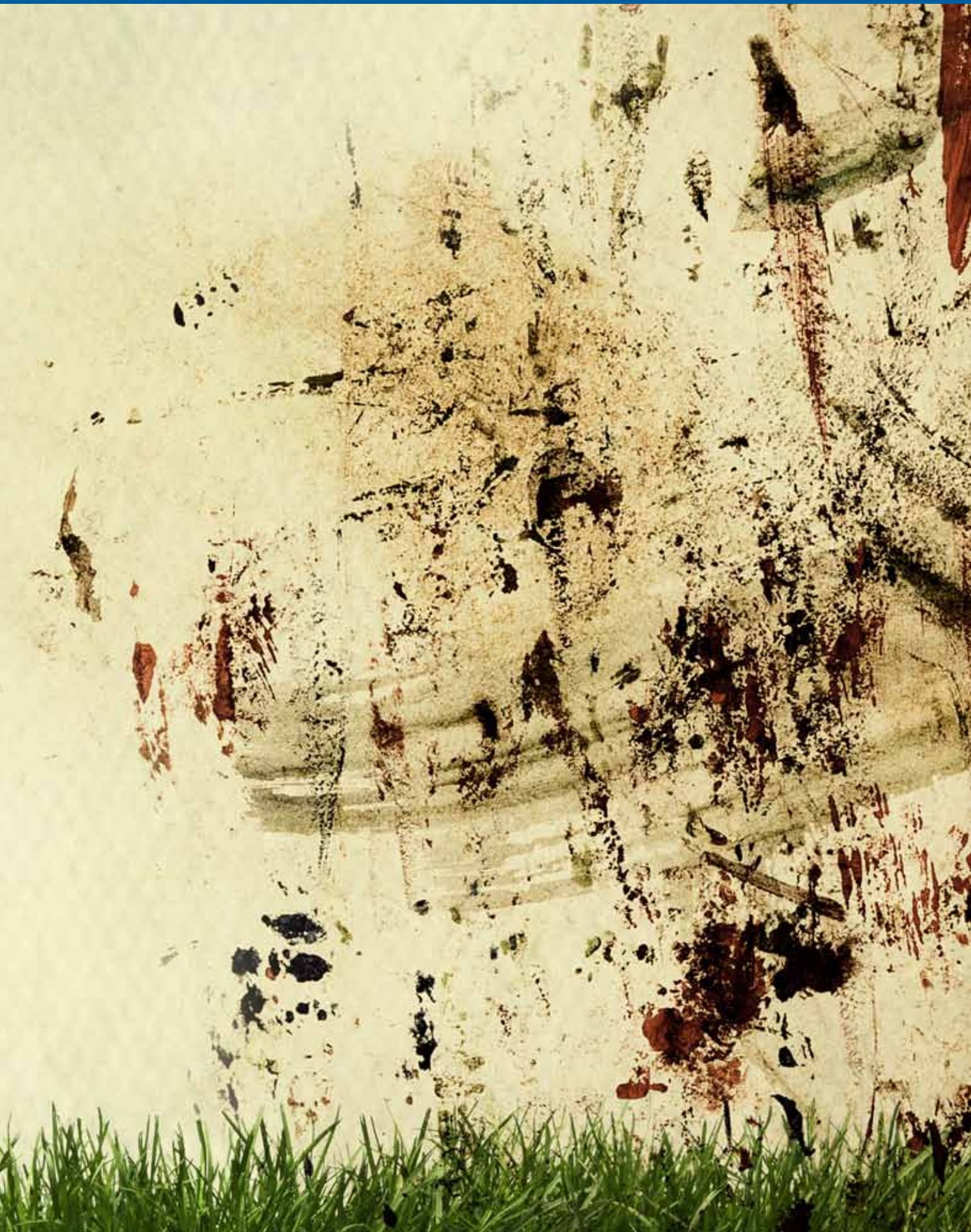
PASSANDO A LIMPO

Novo marco legal para gestão de resíduos sólidos pretende combater desperdícios e coibir abusos, amenizando impactos ambientais

■ *Lauro Veiga Filho*

A criação de uma política nacional de resíduos sólidos consumiu 21 anos de debates, colecionando avanços e recuos até sua aprovação final em julho do ano passado. Transformada em lei e sancionada no mês seguinte, a política foi regulamentada em 23 de dezembro de 2010, por meio do decreto 7.404. Enquanto o Congresso lidava com quase uma centena de projetos sobre o mesmo tema, tomando-se dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o volume de resíduos gerados no País praticamente triplicou, passando de 100 mil toneladas diárias, no final dos anos 1980, quando o primeiro projeto tratando do assunto desembarcou no Legislativo, para quase 260 mil toneladas há três anos – dado mais recente disponível.

Desse total, estima-se que aproximadamente 60% foram e continuam sendo depositados em lixões e aterros sem controle. Numa conta conservadora, pode-se supor que o volume de resíduos teria atingido quase 1,4 bilhão de toneladas em pouco mais de duas décadas (180 mil toneladas por dia em média), das quais 830 milhões não tiveram destinação minimamente adequada, colocando em risco o meio ambiente, a saúde das pessoas e, portanto, sua qualidade de vida. Ainda conforme dados do IBGE, mais de 40% dos municípios brasileiros e um terço das cidades goianas sofrem alguma forma de alteração ambiental com reflexos negativos para as condições de vida de seus habitantes, em parte como decorrência da contaminação de seus solos e de suas águas por lixo residencial e rejeitos da indústria e do comércio.



Prioridade para a reciclagem



Papel e papelão: resíduo passa a ser tratado como bem econômico, com potencial para geração de empregos e de renda

A expectativa, daqui em diante, é de que a legislação em vigor possa impor limites e coibir abusos, imprimindo maior racionalidade na gestão do lixo e de rejeitos do processo produtivo. A Lei 12.305, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), adota os princípios da prevenção e da precaução, impondo uma visão sistêmica baseada na gestão integrada dos resíduos, que passam a ser tratados como bem econômico com potencial para geração de empregos e renda, a partir de sua reciclagem e reutilização, preferencialmente por meio de catadores.

O novo marco jurídico do setor reconhece as figuras do poluidor-pagador e do protetor-recebedor, indicando mecanismos para impor ônus e obrigações a quem polui e caminhos para premiar aqueles que adotam práticas sustentáveis – embora esses caminhos ainda não pareçam muito claros. Como metas, a legislação persegue a eliminação ou redução

na geração de resíduos, o que exigirá a adoção de políticas de gestão com foco no combate a desperdícios em todas as áreas, e a destinação ambientalmente adequada dos rejeitos, com ênfase nas possibilidades da reciclagem.

Por isso, entre outros avanços apontados por especialistas na questão, a PNRS define que o poder público deverá dar prioridade em suas compras a bens e mercadorias que utilizem materiais recicláveis, além de recomendar a participação de forma prioritária de catadores, por meio de suas associações e cooperativas, nos planos de gestão integrada de resíduos que o setor público, em todas suas instâncias, e as corporações serão obrigados a adotar.

Analista da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Wanderley Coelho Baptista considera a nova lei “relativamente moderna”, mas “excessivamente detalhista”. A despeito de ressalvas eventuais,

Baptista acredita que a legislação finalmente aprovada, sob o ponto de vista da indústria, correspondeu à “melhor proposta que surgiu no Congresso durante todo esse tempo.” Como um dos principais avanços, o especialista destaca a introdução do conceito de responsabilidade compartilhada entre os diversos atores, o que inclui fabricantes, distribuidores, importadores, comerciantes, poder público e consumidores. “Essa foi uma sugestão da indústria para aperfeiçoar a lei. A responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos amplia a segurança jurídica do processo”, afirma Baptista.

Oficialmente, a CNI considera a PNRS como “instrumento essencial para definir os direitos e obrigações do setor público e privado sobre a gestão dos resíduos sólidos, bem como dos consumidores finais sobre a disposição dos resíduos em geral, principalmente na questão do pós-consumo e da logística reversa.”

Principais pontos da Política Nacional de Resíduos Sólidos

Acordo setorial

Contrato firmado entre o poder público e fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes, que passam a responder de forma compartilhada pelo ciclo de vida do produto

Responsabilidade compartilhada

Conjunto de atribuições de fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, consumidores e titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos pela diminuição do volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados e consequente redução dos impactos à saúde humana e à qualidade ambiental

Logística reversa

Instrumento responsabiliza fabri-

cantes, importadores, distribuidores e comerciantes pelo retorno e destinação ambientalmente adequada de produtos descartados ao final de sua vida útil, envolvendo agrotóxicos, suas embalagens e demais produtos comercializados cujas embalagens constituam resíduos perigosos; pneus inservíveis; pilhas e baterias; óleos lubrificantes usados, seus resíduos e suas embalagens; produtos eletroeletrônicos; e lâmpadas contendo mercúrio

Coleta seletiva

Coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme sua constituição ou composição

Ciclo de vida do produto

Série de etapas que envolvem o de-

envolvimento do produto, a obtenção de matérias-primas e insumos, o processo produtivo, o consumo e a disposição final

Catadores de materiais recicláveis

A lei cria mecanismos de incentivo para fortalecer a atuação de associações ou cooperativas, consideradas fundamentais na gestão dos resíduos sólidos

Planos de resíduos sólidos

Contendo metas e estratégias para gestão integrada desses rejeitos e para gerenciamento dos resíduos, deverão ser elaborados planos estaduais, microrregionais, de regiões metropolitanas, intermunicipais e municipais

Fonte: Ministério de Meio Ambiente

A “logística reversa”

A grande inovação, retoma Wanderley Coelho Baptista, analista da CNI, foi a aprovação da chamada “logística reversa”, que pode ser entendida, literalmente, como a obrigatoriedade de devolução de bens e produtos, após seu consumo, para seu reaproveitamento no processo produtivo ou para outra destinação ambientalmente adequada. A exigência se aplica a fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes e também ao consumidor final, que a partir de agora estará sujeito à advertência caso deixe de segregar produtos na forma estabelecida pela coleta seletiva, quando essa tiver sido instituída pelo poder público, e descumpra suas obrigações relativas à logística reversa.

Estão sujeitos à norma quaisquer materiais com relevância ambiental. Essa classificação amplia o leque de produtos sujeitos à logística reversa, exigida principalmente nos casos de rejeitos sensíveis e de alto risco para o meio ambiente e à saúde, como

pneus, óleos lubrificantes, eletroeletrônicos e lâmpadas, além de embalagens em geral. O decreto que regulamentou a lei instituiu um comitê orientador, sob coordenação do Ministério de Meio Ambiente, para coordenar o trabalho de implantação da logística reversa e esclarecer pontos ainda duvidosos do processo.

O comitê responderá ainda pela criação de cronogramas para a devolução e destinação final de lâmpadas que contenham mercúrio e produtos eletroeletrônicos, também por meio da logística reversa, assim como vai avaliar estudos de viabilidade técnica e econômica para extensão do sistema aos produtos comercializados em embalagens plásticas, de metal e de vidro, entre outras formas. O mesmo organismo terá como função a criação de editais e a avaliação de propostas de acordos setoriais.

“Um dos maiores desafios da nova legislação será regular os acordos setoriais”, avalia Baptista. Assim como os termos de

compromisso e regulamentos expedidos pelo setor público, os acordos setoriais fazem parte dos instrumentos estabelecidos para a instalação de sistemas de logística reversa nas várias áreas da indústria. Na prática, os acordos serão formalizados por meio de contratos firmados entre o poder público e setores empresariais e seu descumprimento passou a ser qualificado como crime ambiental.

Uma das questões apontadas como crítica pelo analista diz respeito à complexidade desses acordos, que necessariamente terão de incluir todos os participantes de determinado setor, desde indústrias e o varejo, passando pelo importador e distribuidor, até redes de assistência técnica. “Se você conseguir colocar todos esses atores juntos para assinar o acordo, ainda assim restará estabelecer quais entidades terão governança para cobrar a execução do contrato, que envolverá custos para as empresas participantes”, questiona Baptista.

A estatística de uma calamidade

A mais recente Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), traz dados ainda de 2008 sobre a questão dos resíduos sólidos no País e constata a situação precária do manejo desses rejeitos. Um caso de calamidade, agravado pela ausência de uma regulação mais adequada até 2010. Ainda assim, mesmo depois de sancionada, há dúvidas sobre a aplicação prática da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Em 2008, segundo a pesquisa, entre os 5.564 municípios do País, 5.562 dispunham de serviços de manejo de resíduos sólidos, representando 99,96% do total. Em Goiás, todos os 246 municípios mantinham esse tipo de serviço. Mas uma minoria providencia destinação correta para esse tipo de rejeito. No País, 50,75% deles dispõem seus resíduos em vazadouros e 22,54%, em aterros controlados, mas outros 27,68% utilizam aterros sanitários para isso – o que significa dizer que 78,43% dos municípios brasileiros simplesmente depositam esse material em locais francamente inadequados ou que não receberam o necessário preparo para isso. Sistemas de tratamento de rejeitos sólidos encontravam-se disponíveis em 969 municípios em todo o País (16,8% do total) e em 20 cidades do Estado (8,1% do total).

O mesmo levantamento aponta que 11,56% dispunham de unidades de triagem de rejeitos recicláveis e que apenas 3,79% das cidades mantinham unidades para compostagem de resíduo orgânico, para onde eram enviadas 1.635 toneladas por dia, representando 0,63% do lixo total coletado e/ou recolhido no País.

A coleta seletiva apresentou avanços, mas ainda modestos diante das dimensões dos desafios impostos à gestão de resíduos sólidos. Em todo o País, o total de municípios com coleta seletiva aumentou 120% entre 2000 e 2008, passando de 451 para 994. Esse número representa somente 18% do total de municípios. Para Goiás, os dados do IBGE apresentam um salto de impressionantes 650%. A variação em si não quer dizer muito,

já que o total de cidades goianas com sistemas de coleta seletiva avançou de duas para 15, representando 6% dos 246 municípios.

Para agravar o cenário, apenas 2% das cidades (cinco entre 246) faziam a coleta ou recebimento de resíduos perigosos no Estado em 2008 e dessas apenas uma se encarregava de processar esse tipo de lixo. No País, o percentual mal atingia os 3% (150 em 5.546 cidades). Pelos dados do IBGE, Goiás gerou diariamente 2,6 toneladas de resíduos industriais perigosos naquele ano, respondendo por 0,08% do total

no País (3.444 toneladas por dia).

Mesmo antes da nova lei, pilhas e baterias sempre exigiram cuidados especiais dos poderes públicos, pelo seu potencial de contaminação e pelos riscos que oferecem à saúde pública. A despeito de toda essa preocupação retórica, na prática, até 2008, nada além de 302 municípios (5,4%) apontavam a existência de serviços de manejo para aqueles dois produtos altamente tóxicos. Situação ainda mais dantesca em Goiás, onde um único município dispunha desses serviços.

Em maio, o primeiro plano nacional

O governo federal tem prazo até 23 de maio para apresentar ao País uma proposta preliminar do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, a cargo do Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos, criado pelo decreto que regulamentou a Lei 12.306/2010. Coordenado pelo Ministério de Meio Ambiente, com participação da Casa Civil, de mais nove ministérios e da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, o comitê terá de submeter sua proposta inicial à consulta pública pelo prazo de 60 dias. Deverão ser realizadas audiências públicas em cada uma das regiões do País, com uma grande audiência final prevista para Brasília, quando serão incorporadas ao projeto original as contribuições colhidas ao longo do debate. O resultado será consolidado na forma de um decreto presidencial, com força de lei. A edição do plano nacional será importante porque deverá criar o marco que vai orientar as

demais esferas do setor público na montagem dos planos estaduais, municipais, intermunicipais, metropolitanos e microrregionais. São esses planos que vão estabelecer, entre outros pontos, as metas para redução de rejeitos e para reciclagem de resíduos, assim como para a coleta seletiva. “Os planos são o instrumento correto para implementar a Política Nacional de Resíduos Sólidos. A questão, especialmente no caso dos municípios, é se deveriam incluir tantas informações assim. Isso pode dificultar bastante”, observa Wanderley Coelho Baptista, analista da CNI. As empresas também terão de apresentar seus planos de gestão integrada de resíduos, atualmente obrigatórios para aquelas sujeitas a processos de licenciamento ambiental. Os passivos ambientais, da mesma forma, devem ser declarados nesses planos. “Sonegar informação ambiental passou a ser tipificado mais claramente como crime”, adverte Baptista.



Sem gestão: mais de 78% dos municípios brasileiros depositam rejeitos em locais inadequados ou que não receberam o correto preparo para isso



Sérgio Roriz: investimento superior a R\$ 1,0 milhão para dobrar capacidade da empresa

Matéria-prima e combustíveis alternativos

A Ecoblending Ambiental, empresa especializada em gestão e destinação final de resíduos industriais, instalada em Cezarina (GO), programa um investimento superior a R\$ 1,0 milhão para dobrar sua capacidade instalada até o final de 2011, anuncia Sérgio Roriz, um dos sócios da empresa. “Este ano se desenha como uma fase de grandes investimentos e fidelização do mercado”, aposta Wilian Sobreira, gerente técnico da Ecoblending. Pioneira no setor em Goiás, a empresa foi criada em 2007 para suprir demanda crescente na área de coprocessamento de resíduos industriais, com apoio da Eco-processa, joint venture estabelecida em 2004 entre os grupos Cimpor e Lafarge para prestar serviços também na área de destinação de resíduos. A planta de blendagem da Ecoblending, com capacidade para 1,5 mil toneladas por mês, foi instalada ao lado da unidade da Cimpor Cimentos em Cezarina, empregando 50 pessoas de forma direta e outras 15 indiretamente. A empresa realiza a captação e preparo dos resíduos, numa lista que inclui óleo, graxa, solvente, tintas, produtos químicos, borra oleosa, solo contaminado com traços de hidrocarbonetos, embalagens e outros. Depois de captado, descreve Sobreira, o resíduo é analisado, descaracterizado e distribuído em lotes de blending. O lote inclui vários tipos de resíduos e obedece às condições técnicas exigidas pela legislação. Depois de preparado, o destino final dos resíduos é o forno da Cimpor, onde o material é aproveitado como combustível ou incorporado ao processo de produção como matéria-prima alternativa.



“As empresas demonstram preocupação em reduzir o desperdício e a geração de resíduos. Há uma consciência maior em relação às questões ambientais”

Justo Oliveira d'Abreu Cordeiro, presidente do Sinduscon-GO

Geração de entulhos cresce 80%

O Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás (Sinduscon-GO), segundo seu presidente Justo Oliveira d'Abreu Cordeiro, tem mantido uma série de reuniões com a Prefeitura de Goiânia para estudar a adequação do setor à nova lei e formas para assegurar destinação adequada para os rejeitos da indústria na capital do Estado. “As empresas demonstram preocupação em reduzir o desperdício e a geração de resíduos, treinando pessoal para fazer a separação do material ainda na obra. Há uma consciência maior em relação às questões ambientais”, afirma Cordeiro.

A gestão de rejeitos não é precisamen-

te uma novidade para o setor, obrigado por resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) a segregar os resíduos na fonte e dar destinação a eles. A nova lei apenas reafirmou esses princípios, observa Celma Alves, gerente de Manejo de Resíduos Sólidos da Agência Municipal de Meio Ambiente (Amma).

As estatísticas são divergentes e variam conforme a fonte consultada. O Sinduscon-GO, que representa 4.150 construtoras no Estado, estima a geração diária de 1.600 toneladas de entulhos na região metropolitana de Goiânia. A Amma apresenta outras estimativas. “Há três anos, esse número

havia sido previsto em 1.500 toneladas por dia e, em 2010, numa estimativa conservadora, deve ter alcançado 2.700 toneladas”, arrisca Celma, calculando um avanço de 80% no período.

Apenas o aterro sanitário de Goiânia, na saída para Trindade, recepciona diariamente 1.100 toneladas de lixo domiciliar e 1.500 toneladas de entulhos classificados como classe A (telhas, tijolos, argamassa, concreto) e uma parte disso é utilizada na cobertura das células do depósito, completa Celma.

Atualmente, retoma Cordeiro, a indústria dispõe de duas áreas destacadas pela prefeitura para o lançamento de entulhos (além de uma próxima ao aterro sanitário, uma segunda área está localizada às margens da GO-020). “Mas não há tratamento”, reclama o presidente do Sinduscon-GO. De fato, o manejo de resíduos da construção ainda terá de avançar muito em Goiás. De acordo com a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico realizada em 2008 pelo IBGE, 232 municípios do Estado (94,3% do total) realizam esse tipo de serviço. No entanto, apenas quatro fazem a triagem simples desses rejeitos e seis realizam seu processamento. Até então, o IBGE não registrava um único caso de reaproveitamento dos agregados na fabricação de componentes para a indústria da construção.

Para Cordeiro, esse reaproveitamento depende essencialmente da prefeitura, que responde praticamente sozinha por toda a demanda. “As discussões esbarram na questão comercial”, diz ele. Criada há quatro anos para explorar a capacidade de compra das 50 construtoras associadas, a Cooperativa da Construção Civil do Estado de Goiás (Coopercon Goiás), tem pronto projeto para instalação de uma planta de reciclagem de entulhos. A grande pendência, reforça Paulo Marcelo Torres, superintendente da Coopercon Goiás, está na garantia de mercado para colocar toda a produção de materiais reciclados.

Celma lembra que o projeto de lei 127, que tramita na Câmara Municipal de Goiânia, prevê o uso obrigatório de 25% de material reciclado em obras da construção civil na cidade, incluindo projetos do setor público. A legislação não é exatamente um problema, reconhece Torres, mas ele argumenta que o setor “precisa ter garantia de continuidade de fornecimento”.

“Há um grande volume de geração de resíduos em que o maior consumidor é o município”, prossegue Torres. O engenheiro relaciona o aproveitamento de entulhos na construção de aterros e na recuperação de áreas com erosão, na implantação de base e sub-base para asfaltamento de ruas e construção de meio fio.

Celma lembra que a prefeitura levantou a existência de 60 áreas com erosão em Goiânia, das quais 10 poderiam receber entulhos, e acrescenta que a prefeitura já identificou área de 4,3 alqueires para transbordo e triagem de resíduos. Seu gerenciamento deverá ser contratado à iniciativa privada via licitação ou por meio de concessão, mas a construção de galpões, das vias de acesso e montagem das instalações “não são obrigação do setor público”, declara a gerente.



Celma Alves, da Amma: projeto exige uso de 25% de material reciclado em obras na capital

Semarh reforça área de resíduos sólidos

O governo do Estado por meio da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), pretende criar condições para que as prefeituras montem seus planos de gestão de resíduos e implantem aterros sanitários até 30 de junho de 2012, afirma Leonardo Vilela, titular da secretaria. “Vamos agilizar o processo de licenciamento ambiental dos aterros”, anuncia.

Ao longo do ano passado, a Semarh antecipou-se à nova legislação e criou instrumentos para regular, no Estado, a gestão de resíduos industriais, baixando as resoluções 01, 03 e 04, afirma Osmar Mendes Ferreira, engenheiro sanitário e gerente de resíduos sólidos da secretaria. “Há um grande interesse de indústrias médias

e grandes por informações sobre o assunto”, diz ele.

Os concursos públicos realizados no ano passado reforçaram os quadros da Semarh e permitiram criar uma área até então não coberta pela instituição.

“Nossa fiscalização estava concentrada no controle de efluentes líquidos e nas emissões atmosféricas. Daqui para frente, o setor de resíduos sólidos ganha destaque na rotina do pessoal da fiscalização”, diz Mendes. Antes dos concursos, apenas um técnico monitorava todo o segmento. Hoje, sete especialistas, entre engenheiros ambientais, químicos e sanitários, fiscalizam a destinação final de rejeitos sólidos. Apesar do avanço, um número ainda insuficiente.

Simplago busca consultoria

O Sindicato das Indústrias de Material Plástico no Estado de Goiás (Simplago) analisa a contratação de uma empresa para prestar serviços de consultoria na área de gestão de resíduos a seus associados. Essa empresa deverá orientar as indústrias do setor na formatação dos planos de gestão exigidos pela Lei 12.305, adianta o empresário Aurelino Antônio dos Santos, presidente do sindicato.

Ele elogia a legislação, principalmente nos capítulos que buscam reforçar o papel da reciclagem. “Precisamos mesmo mudar a cultura em relação ao meio ambiente, demonstrando que o plástico é integralmente reciclável. Esta é uma questão de educação ambiental”, declara Santos. A logística reversa, também vista como positiva, em princípio, deixa dúvidas quando se lida com

produtos de consumo disseminado. “Há uma dificuldade natural de providenciar a coleta desses materiais, o que gera dúvida em relação a partir de que ponto a indústria será responsável pelo processo”, observa o presidente do Simplago.

Num levantamento realizado em 2008, envolvendo empresas que respondem por 30% do setor de reciclagem, o sindicato estimou a geração de 3,5 mil empregos diretos em todo o Estado e a produção média de 9 mil toneladas por mês de plástico reciclado. Em junho de 2004, numa pesquisa semelhante, o Simplago havia estimado produção mensal de 2,1 mil toneladas, com crescimento acumulado de 20% nos três anos anteriores, projetando-se incremento anual de 15% para os anos seguintes.



Aurelino Santos: “Precisamos mudar a cultura em relação ao meio ambiente, demonstrando que o plástico é integralmente reciclável”



Ecologicamente correto: reciclagem de plásticos gera 3,5 mil empregos diretos no Estado

Gestão reduz desperdícios

A política integrada de gestão ambiental e da qualidade, adotada pela Halex Istar desde 2003, permitiu uma redução de 23% na geração de resíduos sólidos apenas no ano passado. As metas para 2011 contemplam corte de mais 10% no volume desses resíduos. “Esses resultados significam que a empresa tem conseguido ser mais eficiente em todo o processo, com redução equivalente dos desperdícios e do retrabalho”, relata Cláudio Henrique Simão Silva, supervisor ambiental da empresa, que processa mensalmente 3,5 milhões de unidades de medicamentos injetáveis e produtos hospitalares descartáveis. Essa maior eficiência traz ganhos econômicos evidentes, além de agregar maior valor à marca. Outra vantagem, menos visível, mas igualmente relevante, é que a gestão integrada produz ainda aumento na segurança jurídica durante a operação, ao “resguardar a empresa em relação a problemas legais que podem ocorrer como decorrência de danos ambientais”, destaca Simão. A Halex Istar, que já possui certificações com base nas normas ISO 9000 (gestão da qualidade) e ISO 14001 (gestão ambiental), esta última desde 2004, agora parte para implantar um projeto para integrar qualidade, respeito ambiental, segurança e saúde no trabalho. Simão espera que, a partir de meados deste ano, já seja possível começar a analisar esse projeto, que prevê certificação segundo a norma internacional OHSAS 18001 (Occupational Health and Safety Assessment Services).



Cláudio Henrique, da Halex Istar: gestão reduziu geração de resíduos sólidos em 23% no ano passado



Fabrício Domingos, da Asciclo:
“Quando se trata de logística reversa, não está claro quem será responsável pelo que”

Indústria de reciclados retoma fôlego

A indústria de reciclagem aposta em um aumento na captação de material reciclável a partir da regulamentação da nova política nacional de resíduos sólidos. A expectativa otimista não chega a ser abalada pelas brechas que a regulamentação deixou em aberto. “Quando se trata da logística reversa, não está claro quem será responsável pelo

quê”, comenta o presidente da Associação das Empresas de Reciclagem do Estado de Goiás (Asciclo), Fabrício de Freitas Domingos.

Com 45 empresas associadas, a Asciclo ainda terá de realizar um inventário mais detalhado do setor para identificar o potencial efetivo desse mercado. Nas contas de seu presidente, entre resíduos de papel, plástico, metais ferrosos e não ferrosos, apenas em Goiânia as indústrias de reciclagem capturam 12 mil toneladas por mês. A imprecisão dos números não impede que o setor trace projeções para o futuro. “Não temos como dimensionar, hoje, o tamanho desse mercado em Goiás. Estudos sobre o setor mostram que, em média, cada pessoa gera um quilo de resíduos por dia, dos quais 400 gramas poderiam ser reciclados”, raciocina Domingos. Com base nesses dados e levando-se em conta uma população superior a 6 milhões de habitantes no Estado, em 2010, a quantidade de resíduos recicláveis poderia atingir perto de 72 mil toneladas por mês.

Essa perspectiva, na avaliação de Domingos, colocaria na agenda outra questão estratégica, que diz respeito à capacidade de o mercado absorver toda essa produção. “Será que um aumento importante na oferta não vai jogar os preços para baixo, inviabilizando a reciclagem?”, pergunta-se.

Enquanto aguarda respostas, a indústria de reciclagem comemora os resultados obtidos em 2010. Depois de amargar o “pior período de sua história”, entre 2008 e 2009, nas palavras de Domingos, o setor recuperou-se. Os preços do quilo do papelão, que haviam despencado para R\$ 0,20 durante a crise, dobraram para R\$ 0,40 no começo do ano passado, estacionando hoje na faixa de R\$ 0,30.

A maré favorável animou a Copel Recicláveis, empresa da qual Domingos é um dos diretores, a iniciar, em 2010, investimento de R\$ 2,5 milhões para instalar uma nova unidade em Aparecida de Goiânia. Parte dos recursos, num total de R\$ 1,5 milhão, sairá do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).



Copel Recicláveis: investimento de R\$ 2,5 milhões em nova unidade em Aparecida de Goiânia

A palavra-chave para a superação dos desafios da mão de obra qualificada em Goiás é parceria



Ítalo de Lima Machado
Gerente de Educação Profissional do Senai em Goiás

Superando gargalos

Goiás registra crescimento do parque industrial acima da média nacional, tanto pela expansão das atuais quanto pela chegada de novas empresas dos setores de construção civil, químico-farmacêutica, alimentos, açúcar e álcool, mineração, metalmeccânica e montadoras de veículos, dentre outras. De um lado, temos a expansão industrial em todas as regiões do Estado. De outro, a diversidade de processos produtivos, uma vez que as indústrias são dos mais variados segmentos. Ao mesmo tempo, aumentam os desafios às instituições formadoras de recursos humanos, sobretudo ligadas à formação de trabalhadores qualificados em cursos com até 200 horas.

A diversidade de indústrias e sua distribuição espacial em todas as regiões econômicas do Estado exigem que a oferta de cursos e programas extrapole os modelos tradicionais de formação. É preciso flexibilizar tanto a tecnologia educacional, combinando as estratégias presenciais e a distância, como o suporte físico e pedagógico. Diante da crescente demanda, o Senai, instituição integrante do Sistema Federação das Indústrias do Estado de Goiás, vem expandindo esse tipo de solução, intensificando experiências como Senai 24 horas, Senai Itinerante, parcerias e outras estratégias flexíveis.

Vários projetos vêm sendo implementados por meio de parcerias com empresas, sindicatos patronais e prefeituras fora das unidades fixas, muitas vezes dentro das próprias indústrias. Dois desses projetos alcançam sucesso, tanto do ponto de vista do atendimento à demanda quanto pelo



caráter flexível de suas ações. Um deles é o Sinduscon e Senai no Canteiro de Obras. As empresas construtoras admitem o trabalhador sem a qualificação e o Senai promove sua formação em trabalho, no próprio canteiro de obras.

O outro exemplo envolve o setor sucroenergético. O Senai e os sindicatos Sifaeg e Sifaçúcar desenvolvem inúmeros projetos com efetiva participação de empresas e, em alguns casos, de prefeituras. Mas se de um lado faltam trabalhadores para determinados setores da economia, de outro a recíproca não é totalmente verdadeira. O Senai oferece gratuitamente cursos para a construção, confecção de calçados, marcenaria, dentre outros, e não consegue completar todas as vagas, em que

pese a forte demanda por trabalhadores nessas indústrias. Talvez pela imagem que esses segmentos possuem junto à sociedade, particularmente, junto aos jovens que buscam o mercado de trabalho. Talvez pela questão salarial, ou, ainda, pela acomodação que programas sociais do governo provocam nas pessoas, que ficam temerosas de perder o benefício ao fazer um curso profissionalizante.

A palavra-chave para a superação dos desafios da mão de obra qualificada em Goiás é parceria. As instituições educacionais, os setores produtivos e os diversos níveis de governos devem estar juntos na busca das melhores alternativas para a solução do problema provocado pelo crescimento acelerado da economia goiana e do País.

Armadilha no front externo

Mão dupla, mas nem tanto: termos de troca no comércio exterior do Estado sofrem perda de 65,5% em seis anos



Pauta goiana de exportações continua excessivamente concentrada em produtos básicos, que ainda respondem por 82% de tudo o que o Estado vende lá fora

■ *Lauro Veiga Filho*

O registro de déficits na balança comercial do Estado tende a ser uma ocorrência mais comum daqui em diante, conforme sugere a análise da série de dados sobre o comércio exterior goiano na última década. No ano passado, sem maior alarde, as importações superaram as exportações estaduais por uma diferença de US\$ 130,604 milhões, primeiro rombo em décadas, resultado de exportações de US\$ 4,045 bilhões e importações de US\$ 4,175 bilhões – um recorde para o Estado.

Na primeira década do novo século, Goiás conseguiu multiplicar suas vendas externas em 12,4 vezes, saindo de US\$ 325,891 milhões em 1999, e passou a

ocupar o posto de 11º maior exportador do País. Para conseguir esse avanço, o Estado teve de sacrificar seus termos de troca, que sofreram deterioração severa, relacionada à aguda dependência goiana em relação à exportação de produtos básicos, com ampla predominância de mercadorias de baixo conteúdo tecnológico e mais sujeitas aos (maus) humores do mercado mundial – dominado por um número reduzido de grandes corporações multinacionais, com grande peso nos processos de formação de preços das commodities agrícolas e metálicas no mercado internacional.

No lado das importações, que aumentaram 13,1 vezes desde 1999, a crescente participação de bens manufaturados, puxados mais recentemente pela

escalada das compras de automóveis de passeio, contribuiu para agravar os “termos de troca”. Isso significa que o Estado tem pago um custo para importar bens e produtos cada vez mais elevado quando comparado à receita obtida com as exportações, a despeito do avanço recente dos preços da soja, das carnes e dos minérios em geral. Adicionalmente, tem sido obrigado a realizar um esforço extra para preservar suas receitas de exportação, ampliando os volumes embarcados a preços proporcionalmente menores do que os registrados na importação. Na década, a quantidade das exportações aumentou 465,5% para um ganho inferior a 120% no valor médio exportado. Nas importações, o volume cresceu 292% e o custo médio, 234%.

Perdas de 65% em seis anos

Na verdade, até 2004, por conta de uma queda de 38% nos preços médios dos produtos importados, na comparação com 1999, os termos de troca do comércio exterior goiano vinham experimentando franca recuperação, refletindo também uma elevação de 18% nos valores médios da exportação. Na média, a diferença entre custos dos bens importados e a receita obtida por unidade exportada, medida em dólares por tonelada, havia desabado de 143,6% para apenas 28%. Daí em diante, a balança comercial iniciou um processo de mudança estrutural, acelerado nos últimos três anos, com participação cada vez mais importante de veículos automotores na pauta das importações goianas.

Houve uma inversão de sinais e, no ano passado, o custo médio de cada unidade importada já era 271% mais elevado do que o valor alcançado por uma tonelada de exportação. Os termos de troca sofreram queda de 65,5% desde 2004 e acumulam perda de 34,3% na década. Os valores médios dos bens exportados pelo Estado registraram variação de 86% entre 2004 e 2010, com alta de 119,5% na década, diante de salto de 439% para o custo médio das importações em seis anos. Na década, diante do recuo observado em sua primeira metade, o preço médio dos produtos importados acumulou variação de 234%.



Fertilizantes: importações do setor também pressionam resultado da balança comercial



Dependência: produtos básicos, como a soja, concentram 80% das exportações goianas

Duplo efeito negativo

As indústrias que têm se instalado no Estado buscam não só boas condições de mercado, mas incentivos fiscais, especialmente porque esses benefícios foram estendidos também às importações. Essa concessão, adotada após 1999, cria dificuldades adicionais para que se instalem, em Goiás, empresas que permitam adensar a cadeia produtiva. Essa tendência tem sido agravada ainda pelo longo processo de valorização do real frente ao dólar, que torna as importações cada vez mais "baratas", quando seus preços são convertidos em moeda brasileira.

Como esses dois fatores dificilmente sofrerão mudanças representativas num horizonte de curto e mesmo de médio prazo, importar peças, acessórios, componentes e mesmo veículos completamente montados, assim como sais básicos e insumos para a indústria farmacêutica, continuará sendo mais vantajoso do que o investimento na produção local. A política macroeconômica (juros altos e câmbio apreciado) e a política de incentivo à importação parecem determinar para o Estado uma posição subalterna na divisão doméstica do trabalho.

Fonte de déficits

O déficit comercial registrado em 2010 foi influenciado diretamente pelo resultado negativo na área de bens manufaturados, que incluem produtos com maior conteúdo tecnológico, como automóveis, tratores, colheitadeiras e outras máquinas e equipamentos agrícolas. No ano passado, as exportações de manufaturas cresceram 27,9% e somaram US\$ 247,202 milhões, representando apenas 6,1% das vendas externas totais do Estado. Mas as importações de manufaturas, que responderam por 95% de todas as compras externas estaduais, entraram em disparada, saltando 49,5% e atingindo US\$ 3,969 bilhões.

A diferença foi um rombo de US\$ 3,722 bilhões no comércio de bens manufaturados em 2010, num incremento de 51,1% em relação ao déficit de US\$ 2,462 bilhões observado em 2009. As

importações de manufaturas foram impulsionadas pela compra acelerada de automóveis de passageiros e veículos em geral, partes, acessórios e peças. Considerando-se apenas importações com valor acima de US\$ 4 milhões, as compras de veículos consumiram US\$ 2,167 bilhões, crescendo quase 69% em relação a 2009, quando somaram US\$ 1,285 bilhão. A participação dos veículos no total importado avançou de 45% para 51,9%. Esse grupo de produtos foi responsável, ainda, por 66,7% de todo o crescimento experimentado pelas importações no ano passado.

Essas compras determinaram, também, um salto no déficit comercial dos bens de consumo para US\$ 778,811 milhões em 2010. O rombo no setor mais do que triplicou na comparação com 2009 (US\$ 220,258 milhões), refletindo um aumento de 66% nas compras de bens de consumo, para quase US\$ 1,930 bilhão, diante de uma variação de 22,3% para as exportações do setor.

Concentração e dependência

O processo de concentração do comércio exterior em torno de um pequeno grupo de empresas agravou-se em 2010, tornando a balança comercial de Goiás mais vulnerável a mudanças naturais de mercado e a decisões corporativas ditadas pelos interesses imediatos desses grupos. Na ponta das importações, essa dependência surge de forma ainda mais drástica, com três empresas – uma das quais escolheu o Estado para instalar uma plataforma de importações de medicamentos e suas matérias-primas – respondendo por 70,92% do total importado (diante de uma participação de 65,78% no ano anterior). Somadas, realizaram compras de US\$ 2,961 bilhões no ano passado, num avanço de 57,8% em relação a 2009 (US\$ 1,876 bilhão). No lado das exportações, as 10 maiores acumularam 68,94% do total exportado pelo Estado, diante de 67,61% em 2009, num ranking amplamente dominado por tradings e indústrias dos setores de grãos e de carnes e mineradoras. A maior exportadora do Estado, com vendas de US\$ 504,659 milhões (12,48% do total), foi a Mineração Maracá, que ampliou suas exportações em 52,18% no ano passado, explorando cobre na região de Alto Horizonte. A BRF- Brasil Foods, resultado da aquisição da Sadia pela Perdigão, pulou da quarta para a segunda colocação, com vendas de US\$ 441,280 milhões (10,91% do total), cerca de 64,4% acima dos embarques realizados em 2009. A Caramuru Alimentos manteve o terceiro posto, exportando US\$ 307,557 milhões (7,6% do total).

Deterioração dos termos de troca

(Valores médios de exportação e importação, em dólares por tonelada)

Período	Valor dos bens exportados	Custo dos bens importados	Importação/Exportação*
1999	314,38	765,96	2,436
2000	280,55	528,83	1,885
2001	322,79	496,14	1,537
2002	314,56	511,95	1,627
2003	302,40	452,38	1,496
2004	370,99	474,75	1,280
2005	345,52	688,39	1,992
2006	436,23	1.008,90	2,313
2007	586,49	1.158,04	1,975
2008	752,12	1.889,45	2,512
2009	672,86	2.471,22	3,673
2010	690,04	2.558,07	3,709

(*) Em número-índice

Fonte dos dados brutos: Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic)
Elaboração: Goiás Industrial

“Nossas empresas vão cada vez mais necessitar do sangue jovem, para irrigar com mais intensidade e com inovação seus canais realizadores”



André Lavor
presidente do Conselho Temático Fieg Jovem

No rumo do empreendedorismo

Entramos em 2011 com toda a disposição para o trabalho. Recém-nomeado para a presidência do Conselho Temático Fieg Jovem, começamos agora a abrir a agenda para um ano, se Deus quiser, de muitas realizações. É grande a responsabilidade. Mas não é menor a vontade de fazer.

Contamos com o total apoio da nova diretoria da Fieg, comandada pelo amigo Pedro Alves, entusiasta dos movimentos jovens.

Antes, no entanto, é necessária uma avaliação sobre o atual panorama da atividade empresarial em Goiás, pontuada, dentre outras referências altamente positivas, pela crescente participação do jovem empreendedor nos âmbitos empresariais e representativos da sociedade. Todas nossas entidades jovens vêm abrindo espaço para a atuação dos novos empresários. E é assim que temos a AJE, a Aciieg Jovem, a CDL Jovem, a Aciag Jovem e a Fieg Jovem, entre outras entidades que formam o Fórum Jovem Empresarial, nos moldes do Fórum Empresarial de Goiás.

Antes da titulação em si, no entanto, há o intento de realizar. Somos uma geração efetivamente interessada nas definições do futuro, daí o engajamento cada vez mais intenso nas atividades das nossas empresas e no associativismo.

Na Fieg Jovem, ao lado de enormes desafios para afirmar essa vertente no processo da realização empresarial e profissional em Goiás, temos uma interação de forças que vai facilitar a nossa tarefa.

São três os objetivos básicos da gestão que estamos assumindo no Conselho



Temático Fieg Jovem: a sucessão familiar, o desenvolvimento de novas lideranças e o empreendedorismo.

Colocarmo-nos diante de temas tão desafiadores como esses não deve ser visto como algo pretensioso, ou de mero arbatamento. Na verdade, é um compromisso de natureza profissional. Nossas empresas, que têm crescido tanto, vão cada vez mais necessitar do sangue jovem, para irrigar com mais intensidade e com inovação seus canais realizadores. Nada disso se faz, no entanto, se o jovem empresário não estiver preparado para a missão. Daí a necessidade do treinamento, da aplicação, do envolvimento, do intercâmbio e do desenvolvimento do associativismo.

Entre outras visitas técnicas que faremos este ano, nós estamos agendando, a convite do empresário José Batista Junior, uma visita técnica nas instalações da JBS Friboi em Goiânia, para melhor conhecer esse fantástico complexo empresarial que hoje marca presença em todo o mundo, com a referência de ser o maior produtor de proteína animal do planeta. Uma experiência muito rica, mas sobretudo uma experiência de vida. Estamos trabalhando para, inclusive, tentar esticar essa visita e quem sabe conhecer as instalações da JBS no Colorado (EUA). Vamos conhecer de perto o método FROG (From Goiás) de gestão e ver como o nosso amigo Junior do Friboi está dominando os mercados mundiais.

A isso se dá o nome de empreendedorismo, que é o terceiro ponto no vértice dos nossos objetivos. Preparar para o hoje, pensando no futuro, que é aonde vamos chegar, se nos revelarmos, de fato, empreendedores – e assim efetivamente preparados para a tarefa maior da sucessão nas nossas empresas. Num tempo de tanta competição como o atual, o trabalho tem de ser a referência de todos, do experimentado empresário ao jovem que agora se engaja no mundo dos negócios. A sucessão na empresa, ao contrário de tempos românticos, não pode ser feita pela mera benesse, na velha história do ‘de pai pra filho’, mas na realização, no envolvimento, na ação. Essa é a síntese do que estamos trabalhando no Conselho Temático Fieg Jovem. Temos ainda planejado um grande evento para o final do ano. Agora é arregaçar as mangas e partir pra cima.



Cirineu e os empresários – 1

Diante da situação do caixa estadual, o novo governo adotou instrumentos que tinha à mão para recompor as receitas e fazer frente às necessidades do Estado. “O Glauceus (Moreira Nascimento e Silva, superintendente de Administração Tributária) fez essa lei em um dia ou um dia e meio”, afirmou o secretário da Fazenda, Simão Cirineu Dias (na foto, ao lado do presidente da Fieg, Pedro Alves), a uma plateia de empresários reunidos na Casa da Indústria no final de janeiro. Cirineu referia-se à Lei 17.252, de 19 de janeiro deste ano, que autorizou o perdão de 100% de multas e juros e redução da correção monetária pela metade para quem acertar seus débitos com o Fisco estadual até 28 de fevereiro.

Emprego industrial

A indústria de transformação respondeu por 27,6% do saldo de novos empregos criados pelo mercado formal goiano no ano passado, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). No ano anterior, essa participação havia sido de 15,3%. O saldo líquido de vagas criadas pelo setor foi triplicado em 2010, atingindo 16.291, diante de 5.262 empregos em 2009. A indústria como um todo, incluindo a extração mineral e a construção civil, ampliou sua fatia de 28,9% para 38,8%, com a abertura de 22.910 vagas, diferença entre contratações e desligamentos.

Saldo positivo

(Admissões, desligamentos e saldo na indústria geral*)

Período	Contratações	Demissões	Saldo	Participação no saldo total
2009	198.184	188.239	9.945	28,91%
2010	240.301	217.391	22.910	38,79%
Varição	+21,25%	+15,49%	+130,37%	-

(*) Inclui extrativa mineral, transformação e construção civil

Cirineu e os empresários – 2

“É uma coisa de pai para filho. Aliás, é mais do que de pai para filho e a medida mais favorável aos devedores já adotada no Estado”, disse o secretário, para completar em seguida: “E será a única nos próximos quatro anos.” O presidente da Fieg, Pedro Alves, cobrou participação do Fórum de Entidades Empresariais nas discussões que antecederem as próximas decisões da Sefaz. “O Estado só conhece o desenvolvimento quando todos os setores se dão as mãos”, declarou Cirineu.

Excelência na prestação de contas

A Fundação de Desenvolvimento de Tecnópolis (Funtec) conquistou 1º lugar na classificação anual referente à prestação de contas do ano passado, relativas ao exercício de 2009, fiscalizada pela Curadoria de Fundações e Associações de Goiânia, 9ª Promotoria de Justiça e pelo Ministério Público de Goiás. “Esse resultado foi alcançado em face da excelente administração empreendida pelo diretor presidente Hélio Naves”, diz o documento. Hélio Naves também ocupa cargo na Fieg como 2º diretor tesoureiro.

Mistura inovadora

Receita da Di Anju une chocolate e confete, enquanto a empresa se prepara para estrear no segmento de barras de cereais

Divino Ismael Leite: as vendas da Páscoa já quase ultrapassam as do Natal

O ano começou a toda carga na Di Anju, fabricante goiana de ovos de páscoa e panetones instalada em Aparecida de Goiânia. A linha de produtos será incrementada em 2011 com lançamentos e novas fórmulas para conquistar consumidores de todas as idades, mas especialmente a garotada. Criada em 1999, quando chegou a operar num pequeno galpão no Parque Ateneu, em Goiânia, e atualmente instalada no Distrito Industrial do Município de Aparecida de Goiânia (Dimag), a empresa calibra sua produção para fazer frente a um crescimento esperado de 20% para as vendas de ovos, o que significará o processamento de 80 toneladas de chocolate este ano, aposta Divino Ismael Leite, diretor presidente da Di Anju.

No Dimag, a indústria emprega 12 pessoas e mantém dois galpões destinados à produção, com 1.600 m² cada, numa área total de 5.530 m². “Nosso trabalho é planejado e vamos tentar atingir aquela meta de crescimento”, afirma Ismael. Os ovos da Di Anju são



distribuídos no mercado atacadista de Goiânia e em alguns pontos do interior de Goiás, alcançando ainda os Estados de Tocantins, Minas Gerais, Mato Grosso, Santa Catarina, Sergipe (mais precisamente, em Aracaju) e do Amazonas. “Nossas vendas na Páscoa já estão superando as do fim de ano”, observa.

A produção de panetones, que tem seu pico durante as festas de fim de ano, também deverá crescer, mas a meta de produção será definida somente depois da Páscoa, quando Ismael espera ter uma visão mais nítida das tendências do mercado. No ano passado, a empresa produziu e vendeu 340 mil panetones, distribuídos principalmente para redes de supermercados na região metropolitana de Goiânia. “Nosso produto tem preços mais competitivos e somos líderes de venda nos locais onde o panetone é distribuído”, afirma.

O sucesso alcançado em 2010, ano de seu lançamento, pelo panetone Gotas do Céu, numa mistura que inclui chocolate e confetes (única no País, de acordo com Ismael), ani-

mou o empresário a programar o lançamento, neste ano, do ovo Gotas do Céu, “com a casca cheia de confete”, descreve ele. No ano passado ainda, a Di Anju apresentou ao mercado a versão light de seu panetone, que deverá ganhar nova linha até o final de 2011.

A Di Anju trabalha no desenvolvimento de um panetone com trufas e cobertura de brigadeiro, nomeado antecipadamente de brigatone. O produto, detalha o empresário, “receberá chocolate granulado por fora e trará chocolate líquido por dentro.”

A próxima investida da Di Anju será no segmento de barras de cereais e de chocolate, incluindo uma versão mais tradicional, outra com chocolate branco e uma terceira sob a marca Gotas do Céu, com confete. Ismael estuda investir na compra de uma linha para embalagem das barras, num custo estimado entre R\$ 60 mil e R\$ 80 mil. “Se necessário, talvez busquemos recursos no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).”

No tempo da embalagem importada

Grupo Jorge Abrão programa investimentos em sacolas de papel e prepara-se para abrir uma filial no Nordeste ainda neste ano



Jorge Abrão: Igel nasceu para aproveitar uma oportunidade de negócio e substituir importações



Até o final dos anos 60, a então incipiente indústria goiana era obrigada a importar embalagens para seus produtos, já que só havia fábricas no Sul e no Sudeste do País. As dificuldades de transporte à época transformavam uma viagem a São Paulo, por exemplo, numa verdadeira aventura. Como todo problema, havia ali uma clara oportunidade de negócio, percebida pelo empresário Jorge Abrão, que em 1958 criou a Indústria Goiana de Café, dona das marcas Café Bandeira e Café do Bule.

Abrão decidiu investir na criação da Igel – Indústria Goiana de Embalagens. Com a aquisição de três máquinas para a produção de embalagens de papel para café, açúcar, farinha de trigo, arroz, feijão, entre outros alimentos, e a contratação de dez empregados, a empresa iniciou oficialmente sua operação em novembro de 1968. O investimento produziu efeitos em cadeia sobre o setor. “As empresas goianas de cereais, que na época dominavam o mercado de arroz no Rio de Janeiro, se tornaram mais ágeis e competitivas”, relembra Abrão.

A mão de obra teve de ser importada de São Paulo, porque não havia funcionários qualificados para o setor de embalagem em Goiás. Enfrentar as grandes distâncias e a qualidade das estradas entre o Estado e as regiões mais desenvolvidas, onde se concentravam os fabricantes de papel para embalagem, detalha Abrão, tornava ainda mais desafiador fabricar embalagens no Centro-Oeste do País. Vencidos os desafios, logo a Igel passou a atuar “não somente no Estado de Goiás, mas em todo o território nacional, atendendo também ao mercado de embalagens pesadas, com sacos multifolhados acima de 25 quilos”.

No ano passado, a empresa investiu R\$ 3 milhões na compra de uma linha alemão-italiana para produção de sacos multifolhados do tipo valvulado para atender, entre outras, a indústrias de cimento, minérios, sementes, farinha de trigo e leite em pó. Abrão adianta que a Igel será a única empresa a oferecer esse tipo de produto no Centro-Oeste. Além desse investimento, prossegue o empresário, mais R\$ 1,5 milhão foram destinados a novas máquinas de impressão e de acabamento. Para 2011, a Igel planeja implantar uma linha para fabricação de sacolas de papel. “Nós, na Igel, acreditamos que as embalagens de papel, especialmente para sacolas de lojas e de supermercados, serão solução para a montanha de sacolas plásticas que são descartadas todos os dias nos lixões Brasil afora”, sustenta o empresário.

Em 1974, Abrão embarcou na onda dos plásticos e abriu a Grafigel Embalagens, que foi a primeira na região a produzir, a partir dos anos 1980, rótulos plásticos para garrafas PET para refrigerantes – “só havia três fabricantes no País”, diz ele. Em 2000, a Grafigel instalou duas injetoras de fabricação canadense e iniciou a produção de tampas plásticas também para o segmento de bebidas, utilizando moldes fabricados na Suíça. Atualmente com 250 empregados, o grupo Jorge Abrão tem planos para instalar uma filial no Nordeste ainda em 2011.



RESPONSABILIDADE SOCIAL

/// Ladeado por Antônio Almeida (Kelps), presidente do Sigego, e pelo presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira, o baiano Jorge Emanuel Cajazeira (foto), presidente do Comitê Mundial da ISO 26000, esteve em Goiânia para apresentação da Norma de Responsabilidade Social, na Casa da Indústria, no início de fevereiro. A capital foi a segunda cidade do País a sediar o lançamento da certificação, que chega ao mercado com a meta de disseminar o conceito de responsabilidade social e mostrar que, em vez de ação isolada, o tema deve girar em torno de ações e políticas contínuas de uma empresa. Em Goiânia, Cajazeira foi levado pelo anfitrião Antônio Almeida para saborear comida típica no restaurante Cabaça de Mel. Além de pratos da culinária regional, Cajazeira gostou de outra delícia local: picolé de frutas do cerrado.

ARRANHA-CÉU

/// Denner Justino (TCI Construtora) chegou dos Estados Unidos, onde passou as férias de fim de ano com família, empolgado com o lançamento de seu novo empreendimento em Goiânia. Na esquina da Avenida Mutirão com a T-10, no Setor Bueno, ele vai levantar um edifício comercial de 29 andares que não vai perder em nada para edificações contemporâneas que visitou em cidades norte-americanas, como Nova York.

PELO MUNDO

/// Zanone Alves de Carvalho Jr., CEO da Halex Istar, passou a última semana de janeiro na Europa. O presidente da empresa, de capital 100% goiano, esteve na Espanha e Holanda em busca de novos produtos para serem fabricados ou mesmo comercializados pela indústria farmacêutica. Tudo indica que vem por aí expansão de negócios da indústria goiana, que completou 40 anos. Zanone Jr. assumiu a presidência da empresa recentemente e, apesar do crescimento anual de 20%, toda equipe deve empenhar-se na meta a ser cumprida até o fim do ano: liderar o mercado de soluções parenterais (soro).

OUTONO-INVVERNO

/// As empresárias de moda Flávia e Fernanda Palazzo, de Goiânia, acabaram de chegar da 12ª Edição do Salão Profissional de Moda e Decoração Infantil Grupo Ópera, em São Paulo. Elas foram apresentar a coleção outono-inverno da Maria Fêzinha, uma das grifes comandadas pelas irmãs Palazzo (Fê Fashion, Fê Moda Branca, Fê Gym Wear).



IEL GOIÁS E ICQ BRASIL TÊM NOVOS SUPERINTENDENTES

/// O empresário Humberto Rodrigues de Oliveira (esquerda) e a engenheira civil Tatiana Jucá são, respectivamente, os novos superintendentes do Instituto Euvaldo Lodi (IEL) e do Instituto de Certificação Qualidade Brasil (ICQ Brasil). Eles substituem Paulo Galeno Paranhos, que esteve à frente do IEL por 37 anos e do ICQ Brasil por 13.



MÚSICA E INCLUSÃO

||| O maestro Levi Teixeira (na foto, com seus alunos do projeto Camerata de Violões, em Barro Alto) só tem motivos para comemorar: A iniciativa, patrocinada pela Anglo American Mineração por meio da Lei Rouanet de Incentivo à Cultura, há oito anos reúne 650 crianças e adolescentes resgatados de situação de vulnerabilidade social. A empresa e os músicos estão felizes da vida, pois começam 2011 com o DVD Camerata de Violão, que acaba de sair do forno e será lançado em março.



NOVA VENEZA E LUZIÂNIA

||| Aroldo Filho (Asa Alimentos) adianta novidades do seu grupo de empresas alimentícias para este ano. No polo de Nova Veneza, sua indústria vai começar a produzir salsicha (Bonasa). Outra empreitada terá como palco Luziânia, cidade onde o empresário vai construir um moderno abatedouro. Ele também deve manter projetos sociais, como o abastecimento de creches e orfanatos com frango e ovos, que reforçam a alimentação diária de crianças e idosos.



MAC&TOOLS

||| Goiânia será palco, entre os dias 26 a 29 de julho, no Centro de Convenções, da Feira Mac&Tools, a 1ª Feira de Máquinas e Ferramentas da Indústria Metal - Mecânica do Centro-Oeste. A Mac&Tools é um evento do setor metalmeccânico, voltado para o fomento de novos negócios, novas tecnologias, gerando reais oportunidades para as mais diversas áreas da cadeia produtiva. O grande acontecimento do segmento industrial apresentará soluções e alternativas para profissionais e indústrias, inaugurando um novo centro de negócios na região Centro-Oeste.

NEGÓCIOS

||| O executivo Sandro Scodro, presidente do Grupo GSA, está animado com seus projetos para 2011. Um deles é a ampliação da empresa, em Aparecida de Goiânia. Com as obras do novo prédio, com área de quase 2 mil m², iniciadas no final do ano passado, o empresário se prepara para inaugurar ainda neste semestre a expansão, que consumiu investimentos de R\$ 10 milhões. A grande novidade por lá é o maquinário da linha japonesa Fuji, que produz 450 pacotes de macarrão instantâneo por minuto.



SIAA

Troca de comando

Em evento do alto escalão na Base Aérea de Anápolis, no final de janeiro, o presidente do Sindicato das Indústrias de Alimentação de Anápolis (SIAA) e vice da Fieg, Wilson de Oliveira (foto), conferiu as trocas de comando na base de operação das aeronaves de caça Mirage. Ele foi um dos convidados da posse dos tenentes coronéis aviadores João Campos Ferreira Filho e Paulo Eduardo do Amaral Navarro, que comandam agora, respectivamente, os aviões do Sistema de Proteção da Amazônia e o Primeiro Grupo de Defesa Aérea.

Sigego

Fator acidentário – 1

O Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado de Goiás (Sigego) obteve na Justiça liminar em mandado de segurança impetrado contra ato da Receita Federal, baseado no Decreto 6.957/2009, que promoveu, por meio de mudanças nos cálculos do Fator Acidentário de Prevenção (FAP), a majoração na alíquota do Seguro Acidente de Trabalho (SAT). Com a decisão, as empresas estão isentas de utilizar o novo cálculo introduzido pelo FAP que, em alguns casos e categorias de empresas, majorou em até 100% as alíquotas para pagamento de contribuições sociais decorrentes de acidentes de trabalho.

Fator acidentário – 2

Segundo os advogados Thiago Vinicius Vieira Miranda e Victor Ribeiro Loureiro, do escritório Miranda Missao Martins Advogados Associados, que assessora os sindicatos ligados à indústria, a alteração só poderia ter sido produzida por meio de iniciativa exclusiva do Poder Legislativo. “O Poder Executivo, desse modo, agiu em atropelo ao princípio da legalidade tributária, usurpando a competência atribuída exclusivamente ao Poder Legislativo”, ressalta o advogado Thiago Miranda.



Artes gráficas

Com cinco ouros, duas pratas e dois bronzes, a Poligráfica foi a grande vencedora do 6º Prêmio Aquino Porto de Excelência Gráfica – Criação e Produção (foto), entre as indústrias gráficas de Goiás, seguida pela Gráfica e Editora Amazonas, que conquistou quatro ouros, duas pratas e um bronze. Entre as agências de publicidade, a Cannes foi a mais premiada, com três ouros, cinco pratas e cinco bronzes. A Contato Comunicação foi ouro em duas categorias, prata em cinco e bronze em três. O prêmio é uma realização do Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado de Goiás (Sigego) e da Associação Brasileira da Indústria Gráfica (Abigraf-GO).

Fórum da comunicação

Criado em setembro passado, o Fórum Permanente da Indústria da Comunicação em Goiás reclama participação nos conselhos consultivos do programa Produzir e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO). Um dos objetivos do fórum – constituído por 11 entidades dos setores de publicidade, gráficas, representadas pelo Sigego, veículos de comunicação, eventos e pesquisas de mercado, entre outros – é assegurar mercado para empresas goianas na área de comunicação publicitária e institucional.

Sinduscon-GO

Previsões otimistas

O Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás (Sinduscon-GO) sustenta projeções otimistas para 2011, segundo seu presidente, Justo Oliveira d'Abreu Cordeiro. “Pretendemos continuar com as atividades de aprimoramento que são viabilizadas por meio de parcerias com o Sesi, o Senai e outras instituições para que não falte mão de obra suficientemente qualificada para atender à demanda que, na nossa perspectiva, deverá continuar aquecida, a exemplo de 2010”, prevê. A indústria da construção, prossegue Cordeiro, deverá crescer 10% neste ano.



Sinvest

Reunião do Concelg

O presidente do Sindicato das Indústrias de Confecções de Goiás (Sinvest), José Divino Arruda, reuniu-se (foto) no dia 19 de janeiro passado com o novo presidente da Celg, José Eliton de Figueiredo Júnior, para apresentação dos membros do Conselho de Consumidores de Energia Elétrica da Celg (Concelg), também presidido por Arruda. Eliton fez um breve relato sobre a situação atual da concessionária e dos esforços para sanear a empresa. Arruda e os membros do conselho assumiram o compromisso de ajudar no processo de recuperação da Celg.

Boletim jurídico

O Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás, numa parceria entre as diretorias de Assuntos Jurídicos e Social e de Comunicação, lançou neste ano o Boletim Jurídico Sinduscon-GO. Com periodicidade quinzenal, a publicação eletrônica trará, a cada edição, as principais notícias jurídicas que influenciam diretamente o dia a dia das empresas.

Posse

Os novos diretores do Sinvest, membros do seu conselho fiscal e representantes da entidade na Fieg tomaram posse para um mandato de cinco anos (2010/2015), durante solenidade realizada em novembro no Clube Antonio Ferreira Pacheco. Nesse período, o sindicato continuará presidido pelo empresário José Divino Arruda, que terá Manoel Silvestre Álvares Silva como vice-presidente.

Assessoria jurídica

Balanco positivo

O Serviço de Assessoria Jurídica, desenvolvido pela CNI em parceria com a Fieg, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Associativo (PDA), e oferecido a todos os sindicatos da indústria, realizou entre 15 de maio, quando foi oficialmente lançado, e 31 de dezembro do ano passado 131 consultorias e 88 atendimentos, além de promover palestras e publicar artigos sobre temas de interesse do setor. O serviço oferece um canal especializado aos sindicatos, sem custo direto, para tirar dúvidas, receber orientação e trocar informações a respeito de questões jurídicas de interesse do meio empresarial, como relações do trabalho, política tributária, meio ambiente, inovação, comércio exterior e infraestrutura. Informações pelo telefone (62) 3219-1752.



Sifaeg/Sifaçucar

Homenagem

A Revista Visão da Agroindústria, com patrocínio da General Chains do Brasil e apoio de Esalq, Simespi, Coplacana, CeiseBR e Orplana, entre outras instituições, premiou 30 usinas, 98 empresas ligadas ao setor, 10 empresários e executivos, além de oito personalidades. Entre os homenageados, o presidente executivo do Sifaeg/Sifaçucar, André Baptista Lins da Rocha (foto), recebeu o troféu Os 10 Homens de Visão.

Campanha

Ao longo deste ano, o Sinduscon-GO realizará, juntamente com a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) e com a Fieg, campanha para valorização do trabalhador do segmento. Na esfera das relações institucionais, Cordeiro buscará maior aproximação com o governo estadual visando incentivar investimentos em infraestrutura e o aumento na participação de Goiás nas obras do PAC 2.

Simelgo

Capacitação

Com apoio do Senai, o Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de Goiás (Simelgo), em parceria com empresas do setor e os sindicatos dos metalúrgicos de Goiânia e de Catalão, tem intensificado ações na área de capacitação profissional, com oferta de cursos gratuitos na área. Em 2010, foram capacitados aproximadamente 65 trabalhadores nos cursos para cortador e dobrador de chapas e soldador a arco elétrico, realizados em Aparecida de Goiânia, numa parceria com Sindmetal; Catalão, envolvendo o Simecat; Goianira e Goiânia, ambos com o Sindmetal. O presidente do Simelgo, Orizomar Araújo Siqueira, entrega diploma para concluinte do Curso de Cortador e Dobrador de Chapas Metálicas.



Sindirepa

Nova diretoria

O Sindicato das Indústrias de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado de Goiás (Sindirepa) empossou sua nova diretoria no dia 1º de dezembro. O empresário Ailton Aires de Mesquita assumiu a presidência da entidade, em substituição a José Francisco de Souza. Também foram empossados Alyson José Nogueira como vice-presidente, Celino Gonçalves Camilo como secretário e Edvaldo Rodrigues Vaz como diretor financeiro.



Enfim, é mais um salário mínimo na praça. E a discussão macro da causa trabalhista brasileira, fica para quando?

Orizomar Araújo de Siqueira

Presidente do Conselho Temático de Relações do Trabalho da Fieg

Remendos no salário mínimo

Antes mesmo do início de 2011, já se havia estabelecido o debate sobre o valor do novo salário mínimo, numa queda de braço entre o governo e as centrais sindicais que se prolongou ao longo das primeiras semanas do novo ano. Nessa discussão, mais um ingrediente foi incluído, com pressões para que o governo aceitasse reajustar a tabela do Imposto de Renda na fonte, para compensar o que os contribuintes teriam perdido nos últimos anos no seu acerto de contas com o Fisco. Seja qual tenha sido a solução, o certo é que não está nada certo na discussão do índice de reajuste do salário mínimo no País. Falta uma metodologia, o que leva o debate para o descampado, onde regra nenhuma acaba valendo. Ou acaba prevalecendo a força impositiva do governo, ou se iludem as lideranças trabalhadoras, para concordarem com qualquer coisa.

Não falta apenas metodologia nessa discussão. Falta ordem. Sobretudo, falta respeito.

Em cada novo ano é a história que se repete, com o encaminhamento da solução para patamares que não consultam os valores vigentes na vida da população. Basta que se vejam as perdas na cesta básica, agora, por sinal, ampliadas drasticamente, com a incidência da elevação dos preços dos alimentos que vem comendo por dentro a economia popular.

Neste caso específico, não se cobre apenas das autoridades governamentais. As lideranças dos segmentos dos trabalhadores carecem de uma capacidade de mobilização mais articulada, para que os justos anseios sejam expostos – e ouvidos. O apelo



político, no entanto, acaba mandando. Até porque os dirigentes sindicais são também dirigentes políticos e partidários, e que num determinado momento deixam de falar por si – ou por sua categoria – para compor um jogo de arrumação.

Falta seriedade no trato dessa delicada questão. O salário mínimo é o piso a que cada trabalhador tem direito. Buscado na sua essência, é o parâmetro garantidor da satisfação de cada lar trabalhador, nas suas necessidades essenciais. Com R\$ 540 – ou R\$ 545, que seja – alguém consegue sobreviver com dignidade?

A discussão, no entanto, não pode se limitar à definição de números. Mais ou menos assim, o salário mínimo

no Brasil hoje é tanto, e no próximo ano será tanto. Porque este indicador aqui e aquele ali levam à composição da fórmula que vai dar embasamento ao poder de compra de uma família. Por que, além da discussão assim tão simplista, não se vai fundo na questão fundamental, que passa por má reforma trabalhista? E por que não se dá ouvidos ao empresariado que, consciente de seu papel social, não pode ir além dos índices oficiais, porque a folha de pagamento da empresa anda cada vez mais sacrificada pelo bolo da tributação? Enfim, é mais um salário mínimo na praça. E a discussão macro da causa trabalhista brasileira, fica para quando?

IEL CURSOS

Você mais preparado e sua empresa mais competitiva

Os cursos e treinamentos do IEL são ideais para o desenvolvimento de novas competências. Seja nas modalidades tradicionais, seja *in company**, os participantes atingem excelentes níveis de aprendizado e sua empresa, maior produtividade.

Curso	Período
Ferramentas do Controle da Qualidade	03 de março
Aspectos e Impactos Ambientais no Sistema de Gestão Ambiental ISO 14001:2004	17 de março
Interpretação e Auditoria Interna da OHSAS 18001:2007	23 a 25 de março
Fundamentos de Gestão de Projetos	06 a 08 de abril
Mapeamento de Processos	13 e 14 de abril
Interpretação e Auditoria do PBQP-H/SiAC	28 e 29 de abril

* Cursos *in company* são estruturados sob medida satisfazendo as necessidades apresentadas pelas empresas.

Informações:
(62) 3219-1444/1448
www.ielgo.com.br



PRÊMIO CNI SESI MARCANTONIO VILAÇA

ARTES PLÁSTICAS
2009/10

Com obras dos artistas premiados

**Armando Queiroz | Eduardo Berliner
Henrique Oliveira | Rosana Ricalde | Yuri Firmeza**

De 25 de fevereiro a 03 de abril de 2011.
de terça a domingo, das 8 às 12 horas, e das 14 às 22 horas
[segundas-feiras e feriados: fechado]

Centro Cultural UFG

Avenida Universitária, 1533 • Setor Universitário • Goiânia – GO

Tel.: 62 32096251

centroculturalufg@gmail.com • www.centroculturalufg.blogspot.com

Apoio



PROEC



Realização

